EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

GATT

VOLUME 13 NUMERO 5 MAIO DE 1989

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

Em maio de 1979, para só recuar dez anos, o governo federal anunciou sua intenção de dar ***prioridade*** *à agricultura. Através de alterações na política agrícola (desvinculação dos preços mínimos do crédito de custeio e criação do* ***VBC*** *e do preço básico, aumento da cobertura do seguro rural e entrada dos bancos privados no crédito rural) pretendia que o* ***Setor Agrícola*** *contribuísse de modo decisivo na recuperação da economia.*

A agricultura deveria auxiliar nos combates à inflação, deterioração das contas externas e balanço energético. Todavia, décadas de transferência de renda do campo para as atividades urbano-industriais (que o ***Sistema Nacional de Crédito Rural****, criado em 1966, foi incapaz de reverter) não permitiram que o* ***Setor*** *influenciasse de modo mais decisivo para a realização daqueles propósitos.*

As duas safras que se seguiram à ***prioridade*** *apresentaram bons desempenhos (o* ***Produto Real da Agropecuária*** *expandiu-se 7,8% e 8%). Aliás, o* ***Setor Agrícola*** *superou o* ***Setor Industrial****, desde 1981, em termos de crescimento físico. Transcorrido um decênio, a* ***prioridade*** *está esquecida.*

A situação de agora difere, amplamente, do passado, em especial da de finais dos anos setenta. O ***Estado*** *perdeu as condições de poder reorientar a atividade econômica e a agropecuária padece de escassez generalizada de recursos. De positivo, contudo, cabe registrar que as regras de comercialização definidas para a safra 1987/88, e mantidas para 1988/89, permitiram ganhos* ***reais*** *em 1988 para grande número de agricultores, o que estimulou bom plantio, na primavera passada. Nesta safra, aquelas regras teriam contribuído favoravelmente outra vez, não houvesse o* ***engessamento*** *promovido pelo chamado* ***Plano Verão****.*

A superação das atuais dificuldades da economia não ocorrerá, seguramente, mediante processo semelhante ao ensaiado há dez anos. Os anos oitenta são tidos como uma década perdida e oxalá possam vir a ser melhores os da década de noventa.

O país abriga, hoje, cerca de 147 milhões de habitantes. Até o final do século terá atingido 170 milhões de habitantes. De alguma parte terá de vir uma política econômica consentânea.

SUMÁRIO

PRODUTOS VEGETAIS
- Cebola 2
- Milho 5
- Sorgo 7

ENSAIO ESPECIAL
- O Protecionismo no Comércio Mundial: O Gatt e os Interesses Brasileiros 10

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- Trigo na Argentina 18
- Trigo nos Estados Unidos da América 19
- Ovos 20

OPINIÃO DO LEITOR 21

PREÇOS RECEBIDOS E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

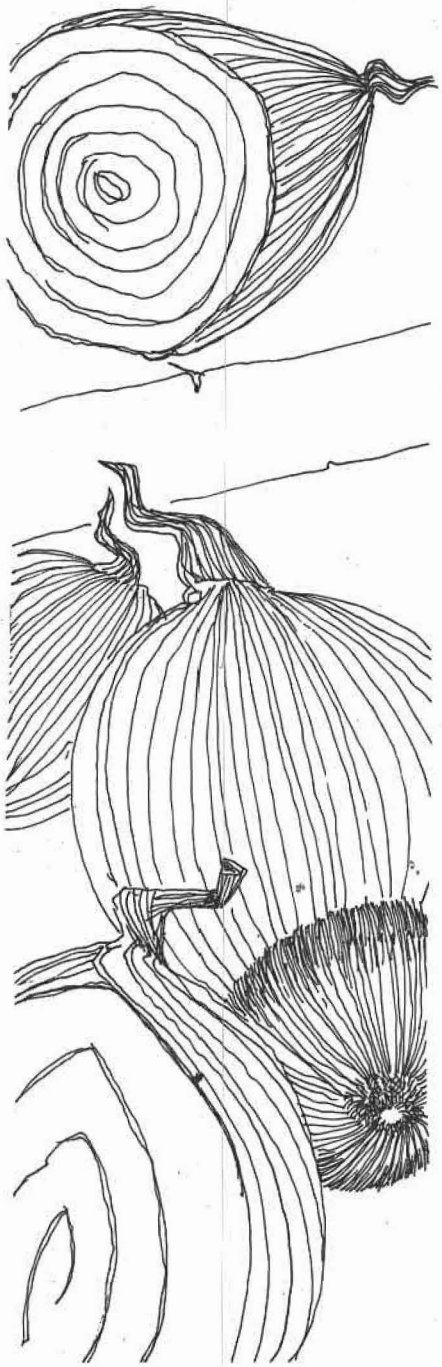
CEBOLA

A oferta abundante impediu que os preços subissem excessivamente, mesmo após a retirada do tabelamento. As restrições ao crédito de custeio limitaram maior expansão da lavoura nordestina.

Os preços da cebola, em todos os níveis da comercialização, após terem declinado acentuadamente, desde setembro, mostraram sinais de reação logo no início do ano. No final do ano passado, porém, quando se intensificou a comercialização da safra de mudas de Piedade, São Paulo, e a demanda tinha diminuído bastante (em decorrência das elevadas cotações que vinham sendo praticadas até agosto), os preços do produto tiveram forte retração.

No começo de janeiro, continuava sendo vendida grande quantidade de cebola paulista, mas como a colheita em **Santa Catarina** foi dificultada[1] devido às chuvas, e os produtores catarinenses retinham o produto, buscando forçar reação dos preços, o mercado ficou momentaneamente **aquecido.** O anúncio do **Plano Verão,** já em meados do mês, provocou novo recuo dos preços.

Diante das novas medidas econômicas, vendedores e compradores ficaram na expectativa quanto ao futuro comportamento do mercado. A princípio, os preços da cebola, como os de outras olerícolas, foram **congelados** nos níveis praticacos em meados de janeiro, sendo tabelados, mais tarde, com a divulgação da listagem de preços máximos de venda (Portaria nº 20, da **Sunab** de 16/02/89), em **São Paulo** e no **Rio de Janeiro,** em NCz$ 300/t no atacado e NCz$ 0,40/kg no varejo. Logo a seguir, quando entrou em vigor a Portaria nº 21, da **Sunab,** de 09/03/89, os preços passaram a NCz$ 325/t no atacado e NCz$ 0,44/kg no varejo. Atualmente, os preços das olerícolas estão liberados pois, à semelhança do que se verificou por ocasião do **Plano Cruzado,** o tabelamento destes produtos[2] não pôde ser cumprido. Apenas os supermercados o adotaram, na prática.



Em fevereiro, em vista da indefinição do governo com relação ao mercado de olerícolas, a quantidade comercializada de cebola (em sua maior parte produto sulista), nos dois principais mercados atacadistas do país, diminuiu consideravelmente, não só em relação a janeiro último, como ao mesmo mês do ano anterior. A partir de fevereiro, os preços têm-se mantido relativamente estáveis, em todos os níveis de comercialização (ver Quadros 01 e 02).

Já em março, sem chances de especular e ainda correndo o risco de o

1 Em geral, a colheita da safra catarinense encerra-se na segunda semana de janeiro.

2 As olerícolas são, em geral, sujeitas a oscilações bruscas e acentuadas de preços, em virtude da extrema sazonalidade de sua oferta e, por este motivo, o tabelamento destes produtos, ainda que os preços fossem reajustados quinzenalmente (conforme proposta inicial), não teria surtido efeito, como ficou demonstrado na época do **Plano Cruzado** (ver **Agroanalysis,** volume 10, nº 7, julho de 1986 e, volume 11, nº 4, abril de 1987).

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

produto começar a se deteriorar nos armazéns, os produtores do Sul, embora descontentes com os preços, passaram a apressar um pouco mais as vendas de seus estoques.

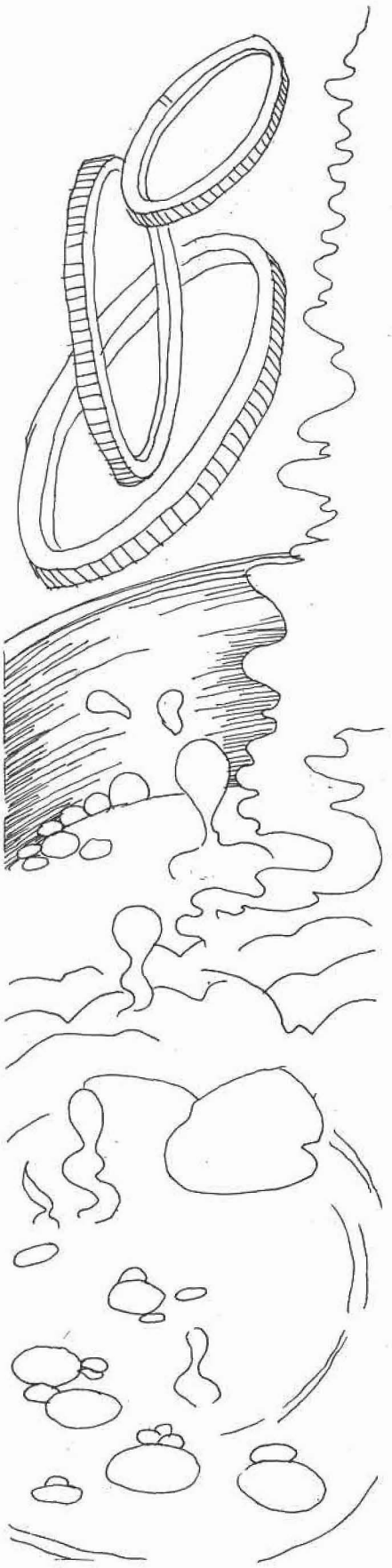
Em **Santa Catarina**, a produtividade das lavouras foi grandemente afetada por dois períodos prolongados de estiagem, que assolaram o estado no segundo semestre de 1988. Contudo, como a área plantada, mesmo já tendo se reduzido bastante, aumentou significativamente em relação à colhida no ano passado, a produção, estimada recentemente pela **Cepa** em 218 mil t, vem superando as previsões iniciais. Deste modo, depois de descontadas as perdas, em torno de 25% e ainda o consumo estadual e as reservas para sementes, a quantidade de cebola a ser comercializada fora do estado deverá ficar entre 140 e 150 mil t. Estará bem próxima portanto, do total ofertado no mercado no ano anterior (em torno de 144 mil t).

Também no **Rio Grande do Sul**, embora a estiagem verificada no início do ano tenha ocasionado expressiva queda no rendimento médio, influindo também na qualidade do bulbo colhido (a cebola desta safra é menor), não foram constatados problemas de oferta que pudessem vir a comprometer o abastecimento. Para se ter idéia mais exata, a disponibilidade líquida do produto a ser canalizada ao mercado, avaliada pela **Cepa** deste estado em 70 mil t, deverá situar-se até um pouco acima da registrada na safra passada (68 mil t).

QUADRO 01 – CEBOLA – PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES – ESTADO DE SÃO PAULO – 1988-89 (NCz$/kg)

MÊS	1988	1989
Jan	0,26	0,27
Fev	0,25	0,26
Mar	...	0,25
Abr	...	0,27
Mai	0,62	
Jun	0,56	
Jul	0,52	
Ago	0,61	
Set	0,59	
Out	0,43	
Nov	0,16	
Dez	0,16	

FONTE – IEA/SP.
1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para abril de 1989.



Em função da considerável oferta em abril, os preços continuaram registrando pequenas alterações. Com efeito, além de ainda restar grande parte da safra sulista a ser escoada[3] (a comercialização deverá prolongar-se até junho), já em meados daquele mês, a cebola **de soqueira** proveniente do município paulista de Piedade também começou a ser vendida. A propósito, de acordo com dados preliminares levantados por ocasião do **IV Seminário Nacional de Cebola**, realizado em Ituporanga, **Santa Catarina**, no início de abril, existe acentuado **superavit** de oferta este ano (sobretudo no período de abril a setembro), o que, aliado a uma retração cada vez maior da demanda, pode vir a provocar baixa de preço e, até, o retardamento da colheita dos municípios paulistas de Monte Alto e São José do Rio Pardo, com o objetivo de prorrogar a comercialização, além do desestímulo ao plantio da próxima safra de mudas de **São Paulo**.

Realmente, até o momento, tudo indica que o mercado está bem abastecido, tanto que, mesmo uma semana depois da retirada do tabelamento, os preços do produto quase não foram pressionados, ao contrário do que se verificou com os de outras

3 Conforme a **Cepa/SC**, no final de abril, quando normalmente quase toda a safra já tinha sido vendida, ainda faltavam comercializar cerca de 20% do total da cebola disponível para o mercado.



QUADRO 02 – CEBOLA – SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – 1988-89

MÊS	SÃO PAULO						RIO DE JANEIRO					
	ATACADO				VAREJO		ATACADO				VAREJO	
	Quantidades Comercializadas (t)		Preços Médios Mensais (NCz$/t)		Preços Médios Mensais (NCz$/kg)		Quantidades Comercializadas (t)		Preços Médios Mensais (NCz$/t)		Preços Médios Mensais (NCz$/kg)	
	1988	1989	1988	1989	1988	1989	1988	1989	1988	1989	1988	1989
Jan	6.502	6.147	359,40	320,49	0,53	0,51	4.550	4.076	382,54	318,66	0,48	0,45
Fev	7.376	5.715	442,87	310,22	0,54	0,50	4.335	3.926	448,36	317,90	0,41	0,46
Mar	6.338	7.430	502,89	311,30	0,73	0,50	3.602	4.304	492,66	315,51	0,57	0,48
Abr	5.334	7.431[2]	875,19	300,00[2]	1,22	0,55	3.607	4.379	834,51	290,00	1,05	0,50
Mai	5.723		772,61		1,26		3.657		790,91		1,04	
Jun	5.291		766,37		1,31		4.218		715,09		1,06	
Jul	4.871		719,54		1,09		4.006		717,20		0,87	
Ago	5.881		813,15		1,10		4.046		791,69		0,93	
Set	5.737		775,80		1,05		4.102		748,54		0,92	
Out	6.047		502,06		0,88		4.385		485,23		0,69	
Nov	6.183		282,33		0,48		4.927		246,61		0,37	
Dez	5.631		267,57		0,36		4.501		242,45		0,33	

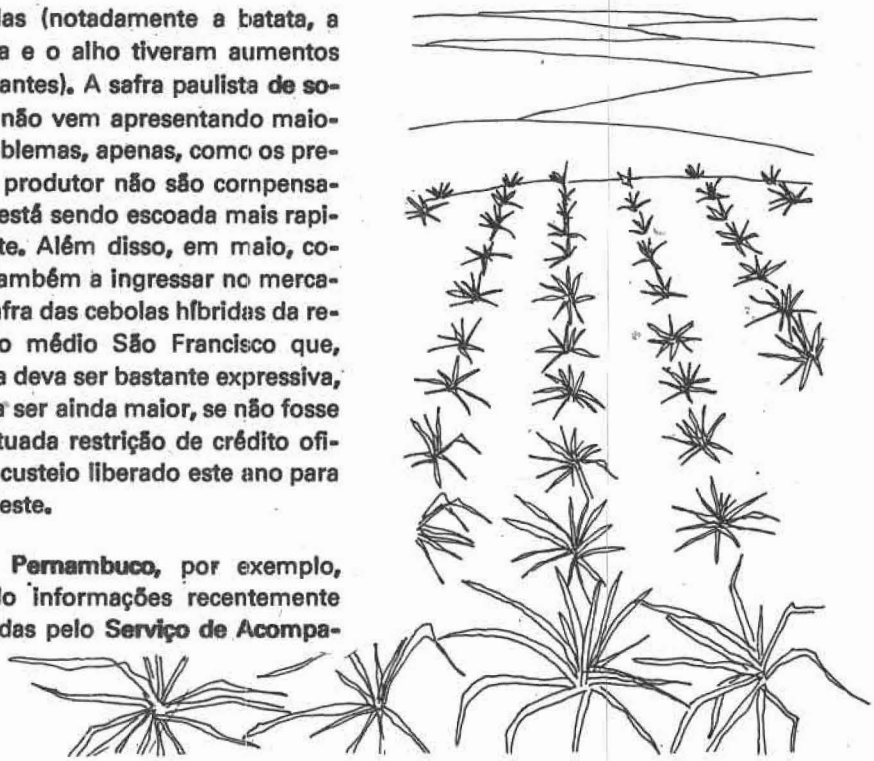
FONTE – Atacado: SP – Ceagesp – Entreposto Terminal da Capital e RJ – Ceasa/RJ.
Varejo : SP – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado e RJ – FGV/Ibre – Centro de Estatística de Preços.

[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para abril de 1989;

[2] dados provisórios.

olerícolas (notadamente a batata, a cenoura e o alho tiveram aumentos exorbitantes). A safra paulista **de soqueira** não vem apresentando maiores problemas, apenas, como os preços ao produtor não são compensadores, está sendo escoada mais rapidamente. Além disso, em maio, começa também a ingressar no mercado a safra das cebolas híbridas da região do médio São Francisco que, embora deva ser bastante expressiva, poderia ser ainda maior, se não fosse a acentuada restrição de crédito oficial de custeio liberado este ano para o Nordeste.

Em **Pernambuco**, por exemplo, segundo informações recentemente fornecidas pelo **Serviço de Acompanhamento das Políticas de Abastecimento (Seapab)** da **Delegacia Federal de Agricultura** deste estado, só na safra básica (colhida no período de abril a agosto), está sendo esperada uma produção da ordem de 26 mil t. No ano passado, mesmo sendo computadas as duas safras (básica e temporã), foram obtidas 28 mil t de cebola.



Na **Bahia**, ainda não existem dados disponíveis para que se possa estimar a dimensão da atual safra. No ano passado, a produção baiana, apesar da significativa quebra de 16% no rendimento médio, aumentou bastante em relação à obtida em 1986, totalizando 86 mil t, numa área correspondente a 7.305 ha.



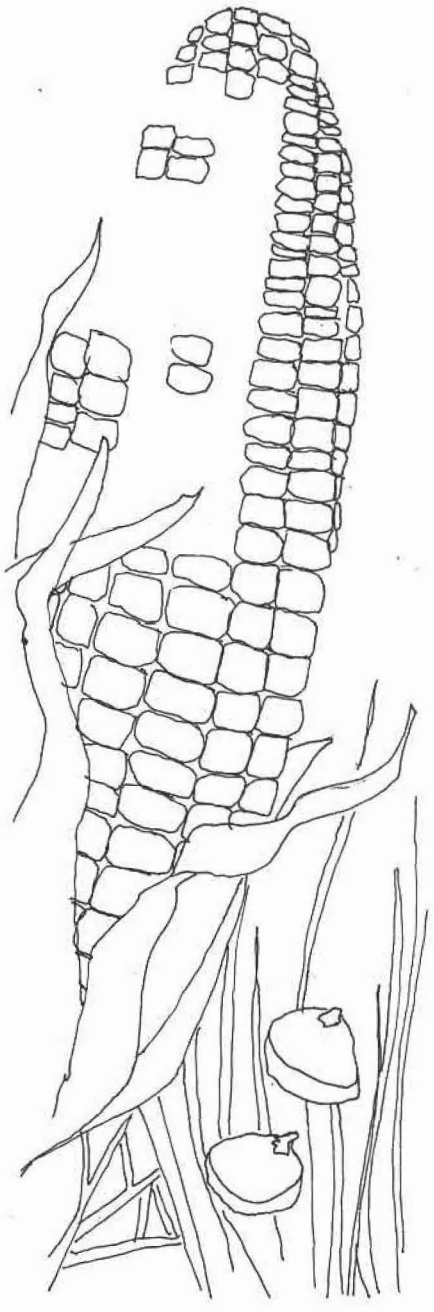
MILHO

A comercialização desta safra carateriza-se pela indefinição tanto da política creditícia quanto das expectativas do mercado. A indústria de rações também se ressente da ausência de normas para os salários, já que estes determinam, em última análise, o comportamento da avicultura e da suinocultura, principais consumidores de ração.

A produção de soja no **Centro-Sul** será quase igual à de milho, pela primeira vez. Segundo levantamento divulgado pelo **IBGE** em abril, aquela região deverá colher 23,5 milhões de t da leguminosa, contra 26,1 milhões de t de milho (ver Quadro 03). No que se refere à produção total, o milho ainda superará a soja, em razão da inadaptabilidade desta última às condições das regiões **Norte** e **Nordeste.**

Enquanto os agricultores se preparam para encerrar a colheita do milho, começam a delinear-se as perspectivas de sua comercialização nos próximos meses. Neste sentido, sobrepõem-se fatores de origens diversas, tais como a posição do governo no que diz respeito às regras de **AGF** e **EGF**, a atuação das grandes empresas processadoras do cereal **vis-à-vis** a situação econômica do país e, finalmente, as tendências dos principais subsetores consumidores, a avicultura e a suinocultura.

Em relação ao primeiro aspecto, não há boas perspectivas, devido, basicamente, às dificuldades de caixa do **Tesouro Nacional.** Em abril e maio, foram repassados quase NCz$ 800 milhões aos programas de **AGF** e **EGF**, correspondentes aos recursos acumulados no primeiro trimestre do ano e que permaneceram sem uso, devido ao atraso na aprovação do **Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.** Para o mês de junho, a **CFP** solicitou NCz$ 21 milhões para aquisições e NCz$ 100 milhões para empréstimos, dos quais o governo vetou cerca de 80%.



A estratégia das indústrias tradicionais adquirentes de milho para transformação vem-se pautando por cautela extremada. Em primeiro lugar, não é sabido como se comportarão as regras da economia (especialmente no que diz respeito às taxas de juros, componente importante para o cálculo do custo de estocagem) a curto prazo, tendo em vista as dificuldades particulares por que vêm passando as tentativas de sua ordenação. Da mesma forma, as empresas trabalham **no escuro** no que diz respeito a eventuais previsões quanto ao futuro do poder de compra da classe trabalhadora. Afinal, se a política salarial adotada não recupera o poder de compra, em contrapartida, existem inegáveis indícios do crescimento da economia informal. Existe, outrossim, a preocupação quanto à gestão econômica pós-sucessão presidencial.

A atual indefinição influencia o comportamento da suinocultura e da avicultura. No caso da criação de suínos, vêm-se colhendo os frutos da contração do plantel iniciada há cerca de dois anos. A **Cepa de Santa Catarina** prevê que a produção desta carne, no presente ano, deverá, na melhor das hipóteses, repetir o total de 1,1 milhão de t registrado em 1988. Já a criação de aves vem sendo visivelmente estimulada pelas dificuldades registradas no abastecimento da carne bovina e pelos elevados preços no varejo da carne suína. Por outro lado, tem o crescimento refreado

pela cautela dos criadores, que não querem repetir a experiência desagradável registrada em 1987 (aumento da produção, impulsionado pelo **Plano de Estabilização Econômica** e contratação do consumo derivada da perda salarial promovida pelo chamado **Plano Bresser**).

Desta forma, não é de estranhar que, ultimamente, o preço do milho se tenha elevado.

A colheita da soja, como de praxe, interrompeu momentaneamente a do milho, acentuando a valorização dos preços dos fretes detonada pelos aumentos recentes dos combustíveis. Além do mais, ocorreram chuvas localizadas em algumas regiões produtoras, dificultando-lhes o acesso, e, como se não bastasse o governo ter demorado a corrigir o preço mínimo (que passou, de NCz$ 5,88/60 kg, para NCz$ 6,90/60 kg em maio), ele o fez em índice inferior à majoração registrada no mercado. Em fins de maio, o agricultor paranaense recebia NCz$ 9,50 pela saca de 60 kg do produto, enquanto a cotação na **Bolsa de Cereais de São Paulo** chegava a NCz$ 12,00/60 kg, com tendência firme de alta.



Os levantamentos extra-oficiais quanto ao abastecimento do produto, ao longo do ano, indicam total normalidade, com um provável estoque final superior ao do período precedente. Ao estoque de 2,5 milhões de t, adicionar-se-ia a produção esperada de 26,7 milhões de t e subtrair-se-ia o consumo, estimado em 25 milhões de t (praticamente uma repetição do ocorrido em 1988), resultando num estoque remanescente de 3,6 milhões de t.

Assim, pode-se esperar que, no término da colheita, as cotações apresentem duas tendências, a depender das diretrizes da comercialização. Caso o governo reveja realisticamente os valores dos preços mínimos e de intervenção, certamente o abastecimento correrá sem maiores problemas, dada a oferta maior do que a demanda. Por outro lado, ao fazerem isto, as autoridades correm o risco de se verem envolvidas na comercialização do produto, situação de que querem escapar, pelos motivos já apontados. Da mesma forma, protelando a revisão destes indicadores, geram-se os atuais embaraços na comercialização, que terminam por criar confusão, no que diz respeito aos preços **corretos** do cereal.

Sendo assim, seria necessário que os preços oficiais fossem revistos para valores que balizassem o mercado sem, no entanto, interferirem na comercialização. Ao mesmo tempo, o governo deve ficar atento para problemas localizados de abastecimento, tais como o que vem ocorrendo no **Rio Grande do Sul**. A safra gaúcha, tradicionalmente inferior às necessidades do estado, este ano deverá ser de tão-somente 3,5 milhões de t, com o agravante de a localização do estado implicar em dificuldades adicionais na transferência de produto do **Centro-Oeste**, quando se esgota a capacidade de suprimento por parte do **Paraná**. Da mesma forma, a previsão de colheita de 2,6 milhões de t para o **Norte-Nordeste** é preocupante, representando 3,3% a menos do que no ano passado.

QUADRO 03 – BRASIL – PRODUÇÃO DE MILHO EM ESTADOS E REGIÕES SELECIONADAS – SAFRAS 1987/88 E 1988/89 – (em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1987/88	1988/89	Δ %
MG	3.289	3.293	0
SP	3.684	3.620	– 2
PR	5.558	5.189	– 7
SC	2.371	2.376	0
RS	2.537	3.480	+ 37
MS	635	737	+ 16
MT	700	743	+ 6
GO	2.990	3.678	+ 23
Centro-Sul	22.106	23.513	+ 6
Norte-Nordeste	2.644	2.557	– 3
BRASIL	24.483	26.070	+ 6

FONTE – IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, abril de 1989.

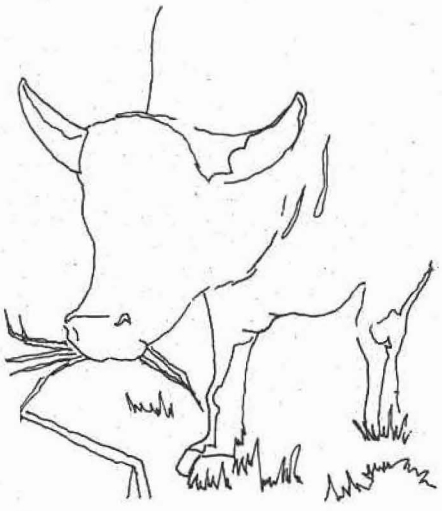
SORGO

A produção brasileira cresceu, em média, 7,4% a.a. nesta década. No Nordeste, contudo, onde a resistência do cereal à deficiência hídrica o torna uma boa alternativa de cultivo, a falta de informação do agricultor é, ainda, um fator de desestímulo.

O sorgo ganhou importância mundial com sua crescente utilização no arraçoamento, que aumentou de 17,2 milhões de t no período 1961/65 para 36,4 milhões de t em 1981/85, segundo informações do **USDA**. Neste mesmo período, o comércio mundial de sorgo cresceu 6,9%, e os países que mais aumentaram suas compras foram o **México** e o **Japão**, com incremento de 18,9% e 9,3%, respectivamente. Estes países são os maiores importadores, enquanto o **EUA** são os maiores exportadores e produtores. No período 1984/85–1987/88, o comércio mundial decresceu 14%, situando-se em torno de 8 milhões de t (ver Quadro 04). Para a safra 1988/89, espera-se um incremento de 24% nas vendas mundiais, com destaque para os **EUA**.

A produção mundial tem decrescido em média 2,8% a.a., adequando-se ao total utilizado. Na última safra, porém, a quantidade produzida no mundo foi inferior a sua utilização e o mesmo se espera para a próxima safra.

No **Brasil**, a produção cresceu em média 7,4% a.a. na atual década. Este crescimento, entretanto, deu-se de forma irregular (ver Quadro 05) o que tem dificultado utilização economicamente eficiente. Na região Nordeste, onde as deficiências hídricas tornam o sorgo uma boa opção de plantio, a cultura recebeu grande estímulo por parte dos serviços de extensão no início da atual década. Contudo, a falta de informação do produtor sobre sua utilização na propriedade e as dificuldades encontradas na comercialização desestimularam o cultivo. No **Rio Grande do Sul**, a cultura é plantada nas regiões da Campanha e no Sudeste. Neste estado, a área plantada teve incremento significativo na safra 1986/87, voltando em seguida aos níveis tradicionais, face à dificuldade encontrada para colocar o excedente no mercado. Nos demais estados do Centro-Sul, o plantio é feito em sucessão à cultura principal, soja ou milho, permitindo a utilização da terra de forma mais racional. Entretanto, com exceção de **São Paulo**, onde se localiza o principal mercado consumidor, a cultura tem encontrado dificuldade na comercialização e o governo tem sido o maior comprador.



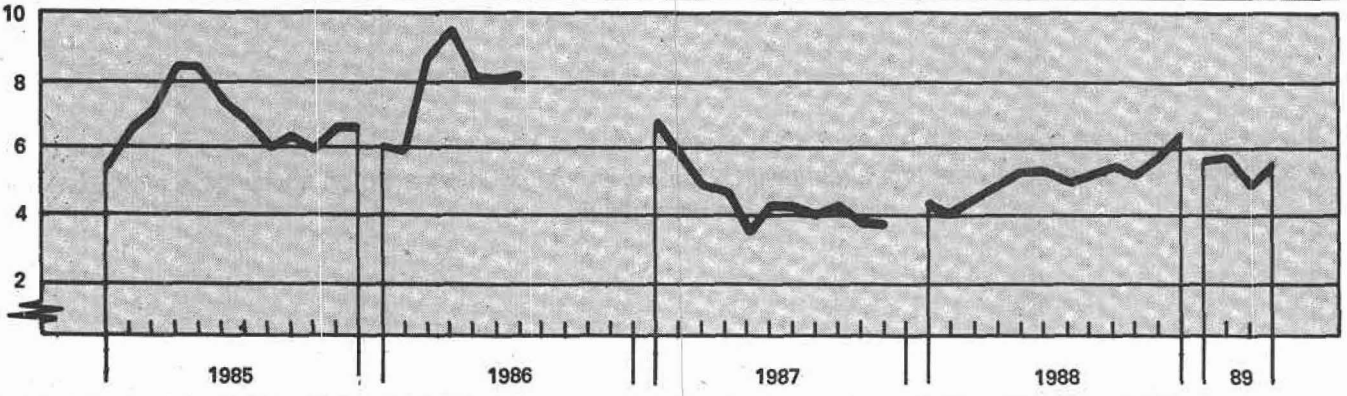
O crescimento da lavoura vem sendo pouco significativo, diante do esforço da pesquisa e do grande potencial de utilização que apresenta, no país. O sorgo é comprovadamente um excelente substituto do milho e de outros cereais mais **nobres**, como fonte de energia para ruminantes, e pode substituí-los nas rações para aves em até 20%, sem perdas. Estudos demonstram que este percentual pode chegar a até 50%, combinando-o com micronutrientes e macronutrientes. Apresenta também melhor adaptabilidade a solos menos férteis, a locais de menor disponibilidade hídrica, e maior flexibilidade quanto ao período de plantio em relação a cereais mais **nobres**, como o milho. Entretanto, o total da produção é ainda muito pequeno e não está disponível durante todo o ano, o que desincentiva muitas indústrias ou produtores a criar infra-estrutura para utilizá-lo. O tratamento heterogêneo do **ICM**, entre os estados, a distância entre a zona de produção e o consumidor no Centro-Sul, a sua pequena divulgação e os preços favoráveis do milho são fatores que têm contribuído para desestimular a produção e a comercialização.

Assim, na atual safra, a área plantada com sorgo voltará a decrescer (na safra anterior, reduziu-se 18%, o que ocorreu pela primeira vez na atual década), acontecendo o mesmo com sua produção.

No **Rio Grande do Sul**, o IBGE estima redução na área plantada de 19% e na produção de 24%, devido à forte estiagem que atingiu os principais municípios produtores, de janeiro a março de 1989, e ao ataque da lagarta **elasmo**, no início do desenvolvimento vegetativo da planta.



GRÁFICO 01 – RIO GRANDE DO SUL – EVOLUÇÃO DO PREÇO REAL RECEBIDO PELO SORGO – 1985–89 – (NCz$/60 kg)

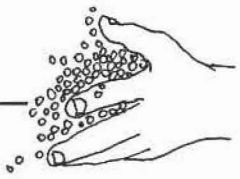


FONTE – Emater.

QUADRO 04 – BRASIL – PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO SORGO EM ESTADOS SELECIONADOS – 1980–89

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
PRODUÇÃO										
RS	140.808	130.862	105.634	105.687	136.695	100.640	112.536	256.590	94.457	71.331
SP	32.542	68.428	69.940	62.546	60.000	42.403	69.964	80.600	67.361	67.361
BA	–	–	12.764	13.804	13.354	37.051	55.934	10.333	6.972	31.051
MS	1.256	2.907	3.684	6.874	7.760	16.522	29.240	26.044	42.552	5.311
MT	–	150	100	189	472	139	11.755	27.357	25.129	27.796
GO	863	268	1.964	5.231	8.160	8.730	15.505	9.370	19.930	9.530
PE	1.334	2.175	4.713	1.516	14.775	11.545	7.171	1.614	3.498	10.500
CE	1.200	1.800	6.750	1.620	9.464	7.396	1.191	679	1.243	752
RN	106	597	3.792	497	12.355	7.364	17.634	1.092	23.824	23.517
Outros	2.183	5.714	17.132	33.855	49.681	36.353	44.568	39.390	11.303	5.951
TOTAL	180.292	212.901	226.473	231.819	312.716	268.143	365.498	453.069	296.269	253.100
RENDIMENTO MÉDIO										
RS	2.400	2.505	2.095	2.047	2.072	1.891	1.692	1.988	1.596	1.496
SP	2.450	2.321	2.000	2.000	2.000	1.046	2.146	2.371	2.200	2.200
BA	–	–	1.699	571	696	1.976	1.770	787	757	739
MS	1.452	1.482	1.180	2.039	1.616	1.947	1.782	1.917	1.205	1.500
MT	–	1.500	2.000	892	2.302	2.317	1.980	1.432	1.202	1.404
GO	1.876	1.985	1.761	2.302	2.480	1.364	2.047	1.861	1.612	2.045
PE	1.035	890	750	358	1.488	1.021	1.433	742	893	1.500
CE	1.000	600	1.250	600	1.570	1.531	1.183	845	1.231	1.268
RN	60	596	511	138	1.250	695	1.240	198	1.448	1.409
Outros	3.210	3.141	2.698	2.640	2.303	2.285	2.967	2.414	1.655	1.653
TOTAL	2.305	2.309	1.846	1.701	1.830	1.576	1.866	1.898	1.513	1.436

FONTE – IBGE.



QUADRO 05 – SORGO – OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS – (em milhões de t)

ESPECIFICAÇÃO	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89
Exportação								
Argentina	5,2	4,9	4,8	3,4	2,2	1,0	1,2	1,3
EUA	6,3	5,4	6,2	7,5	4,1	5,1	6,1	7,0
TOTAL	13,7	11,6	13,0	13,1	8,7	8,0	8,2	10,2
Importação								
Japão	3,0	2,7	4,2	4,6	5,1	4,2	3,9	4,2
URSS	2,9	2,3	1,9	1,5	0,1	0,1	0,0	1,0
TOTAL	13,7	11,6	13,0	13,1	8,7	8,0	8,2	10,2
Produção	70,2	65,1	58,9	66,1	70,7	64,8	56,2	57,5
Utilização								
China	6,6	6,9	8,3	7,5	5,8	5,5	5,5	5,0
Japão	3,6	2,8	4,0	4,7	5,0	4,2	3,8	4,2
México	6,8	6,1	6,3	6,4	5,7	5,1	4,8	5,1
URSS	3,4	2,9	2,0	1,5	0,6	0,1	0,0	1,0
TOTAL	66,0	63,8	62,4	66,3	65,3	60,7	59,4	62,2
Estoque Final								
EUA	7,5	10,2	7,3	7,6	14,0	18,9	16,8	10,9
Outros	4,8	3,4	3,8	6,0	5,0	4,3	3,2	4,4
TOTAL	12,3	13,6	11,1	13,6	19,0	23,2	20,0	15,3

FONTE – Commodity Year Book - 1988 e World Grain Situation and Outlook - março de 1989.

A comercialização tem transcorrido normalmente e os preços têm registrado ligeira elevação, devido à menor disponibilidade do produto. Convém notar que os preços reais tiveram significativa redução, após a safra recorde de 1986/87, e estão reagindo lentamente (Gráfico 01).

Em **São Paulo**, as dificuldades encontradas na comercialização do produto na safra anterior e o maior preço mínimo relativo do milho levaram a pequena redução na área plantada, com ganho para a **safrinha** do milho em sucessão à cultura principal.

Nos estados do Nordeste, o plantio está se iniciando, à exceção da **Bahia**, onde se planta já em janeiro. Neste estado, a cultura cresceu, ocupando área tradicionalmente plantada com feijão, devido ao incentivo do crédito de custeio. Produtores que já houvessem recorrido três vezes ao **Proagro** para determinada cultura não poderiam obter de novo crédito de custeio e eram incentivados a plantar o sorgo em seu lugar. A colheita baiana já se está iniciando, e a comercialização deverá tanscorrer sem dificuldades.



Verifica-se, portanto, que, apesar de o sorgo ser uma boa opção, podendo atender à alimentação animal, liberando para a alimentação humana maior parcela do milho, e apesar de se manter a pesquisa dos cultivares melhor adaptáveis às diversas regiões do país, a cultura permaneceu com pouca expressão. Face às suas potencialidades, anteriormente comentadas, seria importante um tratamento de divulgação e incentivo nas áreas em que a cultura do sorgo pode apresentar bons resultados econômicos, como Nordeste, **São Paulo** e **Rio Grande do Sul**.

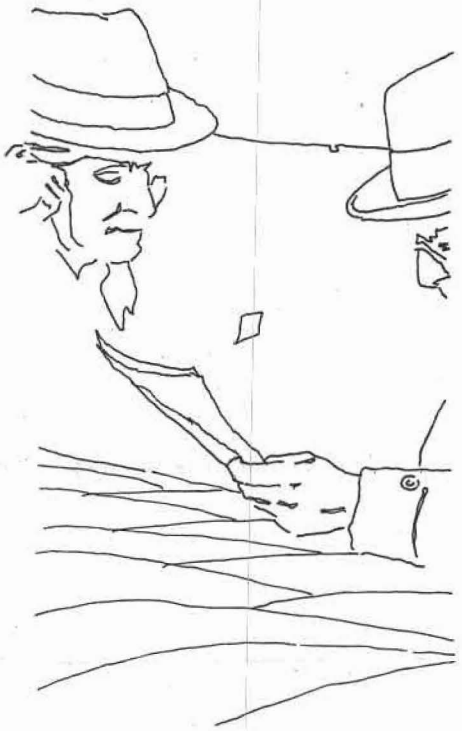
O PROTECIONISMO NO COMÉRCIO MUNDIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS: O GATT E OS INTERESSES BRASILEIROS

O **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)** nasceu no final da **II Guerra Mundial** como alternativa incompleta e provisória à regulação das relações econômicas internacionais. O **GATT** tinha como objetivo fixar um conjunto mínimo de regras sobre o comércio internacional de mercadorias, que permitisse montar uma administração multilateral deste comércio. Criou-se, assim, um fórum para a realização de rodadas de negociações, de maneira a se desativar o conjunto de barreiras comerciais resultantes da escalada protecionista da década de 1930 e para a solução de controvérsias na área.

O **GATT** teve expressivo papel no processo de liberação do comércio que marcou as duas primeiras décadas do pós-guerra. Sob sua orientação, as partes contratantes negociaram cortes significativos das barreiras comerciais em várias rodadas de negociações, contribuindo para o rápido incremento no patamar de comércio mundial no período 1945-73.

Nas negociações no âmbito do **GATT**, o contencioso referido ao comércio de produtos agrícolas assumiu proporções políticas que expressam, de forma bastante ilustrativa, as questões econômicas subjacentes à disputa comercial entre as nações, as quais refletem, necessariamente, as políticas agrícolas de cada país.

A análise dos impasses atuais que envolvem essas negociações, no contexto das características da evolução da produção e do comércio agrícola mundial ao longo das últimas décadas, permite o entendimento dos desafios a serem enfrentados pelos formuladores da política agrícola comercial brasileira.



O Protecionismo Agrícola

Os fatores econômicos responsáveis pelo declínio da participação da produção agrícola no total do comércio mundial caracterizaram o **Setor Agrícola** interno das principais economias mundiais: instabilidade dos níveis de renda agrícola devido às variações sazonais da oferta; excessos de oferta, por sua vez, conduzindo a uma tendência de declínio dos preços agrícolas, com conseqüente queda no nível de renda, desemprego e históricos fluxos de migrações internas. Os problemas sociais e as pressões políticas daí resultantes, os quais situam o **Setor** como um dos mais sensíveis politicamente, conduziram os governos a regularem os seus níveis de produção agrícola e a sustentarem um patamar de preços mínimos para os produtores nacionais.

Assim, os problemas atuais do comércio de produtos agrícolas possuem raízes históricas profundas. O protecionismo agrícola da **Europa Central** estabeleceu-se, desde o final do século XIX, como resposta à queda nos preços mundiais de cereais a partir da expansão da produção norte-americana. Mais tarde, a depressão dos anos trinta trouxe como herança, para a maioria dos países, uma política comercial de produtos agrícolas protecionista, decorrência direta, no cenário internacional, das políticas nacionais dirigidas à sustentação dos níveis de preços do mercado interno. Mais recentemente ainda, o compromisso de integração econômica, estabelecido pelos países europeus, pressupôs uma **Política Agrícola Comum (PAC)**, que envolveu a integração dos programas de sustentação agrícola dos países membros e a proteção contra importações competitivas.

As primeiras regulamentações da **PAC** datam de 1962 e referiam-se a cereais, aves, ovos, porcos, frutas e vegetais; subseqüentemente, segui-



ram-se as referentes a: carnes e arroz (1964); açúcar (1967), e fumo, vinho e peixe, no início dos anos 1970. Os mecanismos operacionais de proteção variam conforme os produtos, mas, basicamente, consistem na combinação entre o estabelecimento de preços nacionais de sustentação da renda agrícola, compra de estoques reguladores, e a definição de preços mínimos para a venda de produtos importados no mercado interno (através do estabelecimento de sobretaxas de importação variáveis ou **ad valorem**, ou uma combinação de ambas, no montante necessário à proteção da produção interna contra a concorrência com importações), liberando-se apenas importações complementares à produção local num dado período de tempo. Por outro lado, os excedentes de produção são colocados no mercado externo através do **mecanismo de restituição**, o qual se constitui em um subsídio à exportação, por compensar financeiramente os produtores agrícolas pelo diferencial entre os preços obtidos no mercado externo e os preços no mercado interno.

Os **Estados Unidos da América**, por sua vez, principal parceiro comercial da CEE*, entraram progressivamente, nas décadas de 1960 e 1970, com a consciência da sua expressiva vantagem comparativa em vários bens agrícolas (notadamente trigo, grãos, oleaginosas, frutas cítricas, aves e fumo) e da importância das exportações agrícolas no seu comércio global. Com interesses econômicos conflitantes aos de seus principais parceiros, dado o grande saldo exportador norte-americano, configurou-se o pano de fundo para o desenrolar do contencioso agrícola no **GATT**.

O **waiver** obtido pelos **EUA** no **GATT**, em 1955, numa tentativa de legalizar suas práticas protecionistas junto à comunidade internacional, teve um impacto político substancial sobre o alcance das negociações que se desenrolaram daí por diante. Este **perdão** nunca foi cancelado, e permitiu aos **EUA** manter restrições às importações de uma ampla gama de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que defendia seus interesses exportadores nos fóruns internacionais, contribuindo, assim, para a relativa marginalização dos produtos agrícolas das regras do **GATT**. Os **EUA** aplicam quotas a vários produtos agrícolas, como o açúcar (1956) e a carne (1964). Aplicam, também, mecanismos de proteção especiais para produtos lácteos (1979) e restrições sanitárias ainda não sancionadas pelo **GATT**, as quais barram o acesso ao mercado norte-americano de importantes exportações latino-americanas.

À semelhança dos países europeus, o sistema norte-americano de proteção à produção agrícola interna envolve a sustentação de preços internos (a partir de 1970 a ênfase deslocou-se para uma política de redução dos níveis de produção, grandes estoques governamentais e subsídios à exportação). Sua **defesa do livre comércio** restringe-se, na prática, aos produtos onde o país é competitivo, reservando seu mercado para os demais (produtos lácteos, arroz, açúcar, carnes processadas, carnes de carneiro, ovelha e lã).

O comércio de produtos agrícolas da atualidade transformou-se, assim, numa guerra declarada de políticas de subvenções à qual os governos dos países centrais estão atrelados, com os problemas de **deficits** daí decorrentes, os quais se constituem, na verdade, no fator que os impulsiona à mesa de negociações comerciais. Os subsídios embutidos na colocação de excedentes no mercado mundial é a contrapartida de proteção aos preços agrícolas internos. O encaminhamento de uma solução para esta situação se torna ainda mais premente no momento atual, quando a tendência do progresso técnico mundial indica que o investimento em novas tecnologias se torna condição primordial para a liderança futura no mercado internacional, fazendo-se necessária a liberação financeira dos governos em relação aos compromissos atualmente em vigor.

O GATT e o Tratamento dos Produtos Agrícolas

Na verdade, já desde a sua origem, o **Acordo Geral**, de 1947, estabelecia um tratamento excepcional para a agricultura, refletindo, desde então, a problemática do comércio agrícola ao prescrever exceções para esses bens às disposições gerais do **Acordo**, tais como: a permissão de aplicação de restrições quantitativas às importações se o país importador executa políticas internas de controle dos níveis de produção (numa clara tentativa de adaptação à legislação norte-americana de 1933, ainda em vigor em 1947, e de pouca validade geral, já que poucos países aplicavam políticas de redução dos níveis de produção); o **Artigo XVI** excetua os produtos básicos da recomendação de eliminação dos subsídios à exportação; as exceções por conta de problemas de balanço de pagamentos, previstas no **Artigo XII**, têm sido amplamente aplicadas no comércio de produtos agrícolas. O fato é que a observação do comércio agrícola mundial revela a crescente importância ds barreiras não-tarifárias às importações, especialmente as restrições quantitativas.

Alguns avanços, embora restritos, foram alcançados nas sucessivas rodadas de negociações já realizadas no âmbito do **GATT**: o **Acordo de Fixação de Preços de Produtos Lácteos**; o **Acordo de Carne Bovina** (do qual o **Brasil** é signatário) que legitimou as **restrições voluntárias às exportações** (isto é, o estabelecimento de quotas por país de origem das importações) que já estavam em vigor; e acordos bilaterais entre os principais atores no comércio inter-

* **Comunidade Econômica Européia.**

nacional: **EUA, CEE, Canadá e Japão.** No que se refere à política de subsídios à exportação e seu impacto sobre o comércio, o **Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios** não só confirmou, como ampliou as diferenças entre as regras relativas a subsídios à exportação de produtos agrícolas e as aplicáveis aos produtos manufaturados.

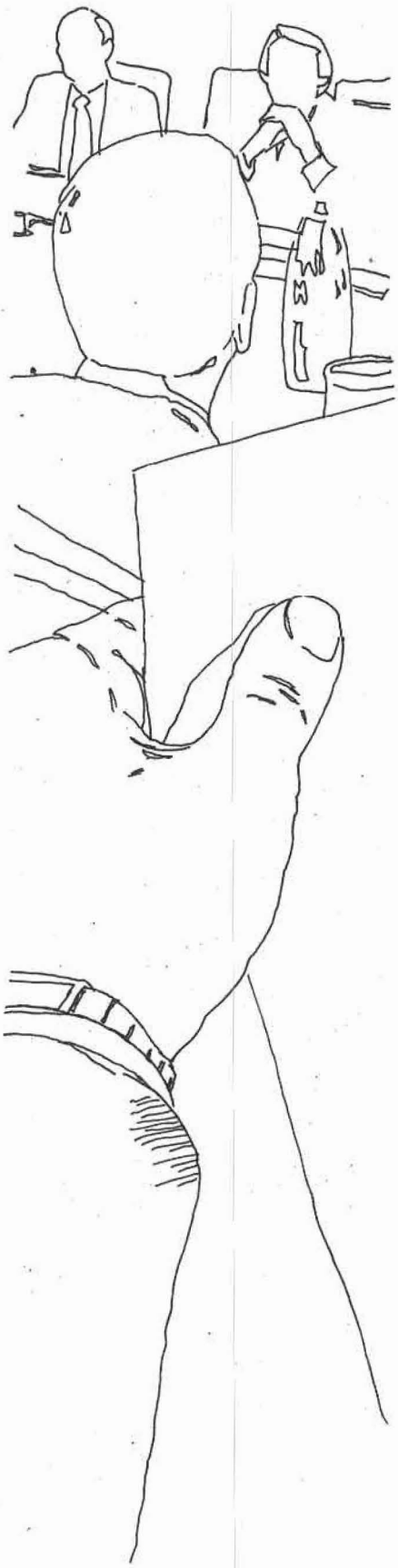
A Rodada Uruguai e os Interesses Brasileiros

A polêmica em torno da concessão de subsídios à exportação envolve parte central das negociações, ora em curso, no **Grupo Negociador de Agricultura da Rodada Uruguai.** O **Mandato da Declaração Ministerial de Punta del Este,** de 1982, que deu início à **Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais,** reconheceu como objetivos básicos gerais da negociação multilateral:

a) melhorar o acesso aos mercados, através da redução das barreiras à importação;
b) desenvolver regras disciplinares quanto ao uso de subsídios, diretos ou indiretos, e de outras medidas que afetem o comércio mundial;
c) minimizar os efeitos adversos dos regulamentos sanitários e fitossanitários sobre o comércio agrícola, tomando-se em consideração os acordos internacionais relevantes.

Com essas finalidades em mente, os países-membros do GATT alcançaram um acordo, por ocasião das reuniões do **Mid-Term Review** que se realizaram em abril deste ano, com as seguintes características:

1) Compromisso de se iniciar um processo de reforma de longo prazo, através da negociação de formas de apoio e proteção à agricultura e do estabelecimento de regras e disciplinas mais eficazes no âmbito do **GATT.** Nesse sentido, todos os países devem apresentar, até o final deste ano, propostas de reforma de suas políticas agrícolas;



2) Esse compromisso deve resultar em **reduções substanciais progressivas** nos sistemas de apoio e proteção à agricultura, os quais podem ser mantidos por um período de tempo acordado (ainda não definido), de maneira a se corrigirem **restrições** e **distorções** nos mercados agrícolas mundiais. Esses objetivos seriam alcançados através de negociações em torno de políticas específicas, bem como de medidas de índices de referência para a avaliação do grau dos subsídios agrícolas concedidos pelos países. Dado que as políticas agrícolas nacionais diferem, deve-se buscar um método de mensuração dos programas de subsídios em vigor, de maneira a se monitorar o progresso futuro no cancelamento dessas políticas;
3) As medidas e políticas a serem negociadas serão todas aquelas que afetam **direta ou indiretamente o acesso das importações e a competitividade das exportações,** tais como: barreiras tarifárias e quantitativas às importações, inclusive as aplicadas sob **perdão** ou **concessão** do **GATT,** bem como demais medidas não estabelecidas explicitamente no **Acordo Geral;** medidas internas de apoio à produção agrícola – incluindo políticas de sustentação de renda e preços – que afetem o fluxo de comércio; assistência financeira orçamentária à exportações e outras formas de incentivo às exportações;
4) Compromisso de curto prazo de se manterem estáveis, a partir da data de assinatura desse acordo, e até dezembro de 1990, os níveis atuais dos programas de exportação e dos patamares de proteção já em vigor nas legislações nacionais, de acordo com suas obrigações frente ao **GATT,** bem como de não estendê-los a novos pro-



dutos. Os participantes firmaram ainda a intenção de reduzir os níveis de proteção, bem como de subsídios, até o final de 1990. As medidas tomadas devem ser notificadas até outubro de 1989;

5) Reconhece-se ainda que **fatores outros que não os relativos à política comercial** são levados em conta na condução das políticas agrícolas, tais como a necessidade de cada país ter garantida a sua auto-suficiência no abastecimento alimentar;

6) O tratamento especial e diferencial para os países em desenvolvimento deverá fazer parte integrante do processo negociador. Neste sentido, estes países estão isentos dos compromissos de curto prazo mencionados no item 4;

7) Os participantes comprometem-se, a longo prazo, a harmonizar suas políticas nacionais referentes às normas sanitárias e fitossanitárias, com base em padrões adequados estabelecidos pelas organizações internacionais competentes.

As implicações concretas dos termos do acordo firmado deverão repercutir em reformas profundas nas políticas agrícolas dos principais envolvidos – **CEE, EUA** e **Japão**. A interpretação e implementação das referidas medidas – de curto e longo prazo – determinarão o rumo futuro das negociações.

O próprio congelamento das políticas de subsídios envolve questões tais como redução da área plantada (que afeta particularmente os **EUA**, interessados em liberar para o plantio áreas atualmente não empregadas na produção de cereais), a qual, se desrespeitada, coloca a CEE em posição de alterar também suas quotas de produção interna. O texto do acordo não impõe tampouco, explicitamente, a exigência de não se redistribuirem os subsídios governamentais pelos produtos de maior interesse, já que se definiu apenas um compromisso de congelamento global desses programas, conforme era de interesse do negociador da **CEE**.

Na perspectiva da **CEE**, pode-se alcançar uma expansão no nível global do comércio através da negociação de acordos internacionais entre os principais exportadores agrícolas, com a finalidade de estabilizar preços e participações de mercado. Apoiada pelo **Japão** e pelos **países nórdicos**, a **CEE** privilegia os efeitos sobre o comércio das políticas nacionais, ao invés das próprias políticas, num reconhecimento tácito das necessidades dos governos intervirem em suas economias na promoção do desenvolvimento econômico e social e da utilidade em se distinguir as ações dos governos, cujos efeitos estão limitados às suas respectivas economias, daquelas cujas conseqüências produzam impactos sobre as economias de seus parceiros comerciais. Tanto o **Japão** como alguns países nórdicos, por exemplo, insistiram para a inclusão da cláusula do **food security**, que admite as políticas que tenham por finalidade a garantia do abastecimento alimentar interno.

Os **EUA**, ao contrário, julga que a expansão do comércio agrícola deve ser alcançada através da abertura dos mercados de importação, reduzindo-se as barreiras tarifárias e não tarifárias e eliminando-se as **distorções** no comércio internacional decorrentes das políticas agrícolas nacionais. Portanto, toda intervenção governamental nos mercados de insumos e produtos agrícolas deve ser eliminada.

Um terceiro bloco negociador foi constituído pelo chamado **Grupo de Cairns** (criado em 1986 e composto por **Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Hungria, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia** e **Uruguai**), o qual apóia a proposta dos **EUA** no que se refere ao objetivo de desmantelamento gradual dos subsídios agrícolas, obrigação da qual estariam excluídos os países em desenvolvimento. O grupo propunha, ainda, que se fixasse um calendário para todos os passos que levariam a esse resultado. Esta proposta de detalhamento do programa de congelamento não foi adotada, mas o acordo firmado já garante, pelo menos, um compromisso com a reforma a longo prazo.

Do ponto de vista desses países, o compromisso de congelamento dos programas de subsídios nos patamares atuais não é suficiente para reduzir a competição que seus produtos vêm enfrentando com as exportações altamente subsidiadas da **CEE** e dos **EUA** em terceiros mercados (tais como nos casos do óleo de soja e do frango, de particular interesse para o **Brasil**). O grupo de **Cairns** pretendia obter um acordo de redução concreta dos subsídios concedidos já no próximo ano (10%), de maneira a minimizar os efeitos daqueles subsídios sobre a depreciação das cotações das **commodities** agrícolas no mercado institucional.

O exame do rumo das negociações agrícolas na **Rodada Uruguai** requer, ainda, que se acompanhe as negociações em curso referentes a produtos tropicais, de particular interesse para o **Brasil** e outros países em desenvolvimento, exportadores. Os produtos como café, cacau, chá, tabaco, madeiras, frutas tropicais e seus derivados, e condimentos, entre outros, têm sido tratados separadamente dos produtos agrícolas de clima temperado, na história das negociações comerciais multilaterais do **GATT**. A discussão do acesso ao mercado desses produtos é de particular interesse para países exportadores de produtos naturais processados (ou não), por envolver o problema da relação entre a proteção nominal e a efetiva para produtos processados, bem como o dos efeitos combinados das barreiras tarifárias e não tarifárias. Apesar de ter obtido concessões tarifárias durante a Ro-

dada **Tóquio** (1973-1979), verificou-se que não só as reduções realizadas foram desiguais pelos diferentes tipos de produtos, como também foram negligenciáveis em importantes itens (como produtos derivados da pesca, tabaco, óleos, açúcar, algumas frutas e vegetais processados e não processados; nos **EUA** as tarifas atuais para suco de frutas, por exemplo, são da ordem de 50% – **Banco Mundial**, 1987). Ademais, os benefícios passíveis de serem obtidos nas receitas de exportação, advindas das reduções tarifárias, foram anulados pelos efeitos da escalada tarifária (isto é, as barreiras tarifárias progressivas erigidas conforme o grau de processamento dos produtos) e a existência das barreiras não-tarifárias (aplicadas por exemplo sobre as exportações de açúcar e bananas) que podem impedir a expansão das exportações, em resposta ao efeito estimulante, sobre o nível da demanda, das reduções tarifárias.

O ataque mais profundo a esses problemas tem sido reivindicado nas propostas examinadas pelos países exportadores de produtos tropicais. Tanto a **CEE** como os **EUA** têm tentado influenciar esses países para que apóiem suas posições em produtos agrícolas de clima temperado, numa clara tentativa de condicionar as possíveis concessões em produtos tropicais aos resultados alcançados nas negociações sobre a agricultura.

Uma Perspectiva Negociadora

A despeito da marcante diversificação da pauta de exportações brasileiras observada ao longo da década de setenta, os produtos agropecuários ainda representavam cerca de 30% do valor total das exportações em 1987. Em 1985 estes produtos representavam 59% do total das exportações para a **CEE** e 18% do total destinado aos **EUA**, colocando esses mercados como os mais importantes para a manutenção do nosso saldo exportador (a **CEE** absorvia 47,9% das exportações de produtos básicos em 1985 e os **EUA** 14,6%), seguidos pelos países asiáticos (42,7%), principalmente **República Popular da China, Formosa, Índia** e **Japão**[1].



A diversificação geográfica das exportações brasileiras não se fez acompanhar de maior variação no leque de produtos exportados, avaliando-se em termos do potencial exportador agrícola do país. Embora o país se situe entre os maiores exportadores mundiais de alimentos, cerca de 3,5% do total das exportações mundiais em 1987[2], a participação dos produtos brasileiros nas exportações mundiais agrícolas, no entanto, só é expressiva no complexo da soja, na carne, no suco de laranja, no café e no cacau. As exportações de soja, carnes, café e cacau respondiam por cerca de 65% das exportações de produtos básicos em 1987[3].

Apesar de o **Brasil** ser um dos principais fornecedores para o mercado da **CEE** de produtos agropecuários (particularmente café, tabaco e ração para animais), a **Política Agrícola Comum** afeta diretamente as exportações brasileiras de açúcar, frutas, vegetais e alguns produtos tropicais (particularmente cacau). As exportações de soja são as que mais diretamente sofrem as influências dessa política, dada a concorrência com produtores da própria **CEE**, cuja produção, embora insignificante, permite a substituição entre diferentes tipos de óleos e gorduras. Esta desvantagem frente aos países da **PAC** ocorre também em vários produtos tropicais, já que os países da

1 Banco Central do Brasil, **Séries Históricas do Setor Externo**, 1981-85, vol. 24, nº 1, jan.1988 (1987 - estimativa preliminar com base nos dados da **Cacex**).

2 Estimativa do **GATT, International Trade**, 1987-88, vol. II, p.11.

3 **Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, Balança Comercial e Outros Indicadores Conjunturais**, agosto, 1988, pp. 62/63.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO J. Tavares e NAIDIN, Leane Comet, **Salvaguardas, Dumping e Subsídios: A Perspectiva Brasileira**, UFRJ, Instituto de Economia Industrial, Texto para Discussão, 1989.

CLINE, William R., Ed., **Trade Policy in the 1980's**, Institute for International Economics, Washington, 1983.

FITCHETT, D., "Agriculture", **The Uruguay Round, A Handbook on the Multilateral Trade Negotiations**, Finger, J. M. e Olechovsky, A., Eds. World Bank, 1987.

GATT, **News of the Uruguay Round of Trade Negotiations, Mid-Term Review Agreements**, (MTN-TNC/11), Genebra, abril, 1989.

GATT, **International Trade 87-87, vol. I e II**, Genebra, 1988.

África Ocidental gozam de tratamento preferencial nas importações.

No caso dos **EUA**, os produtos agrícolas brasileiros estão sujeitos às restrições a importações em vigor (quotas e taxas), tais como as de algodão e produtos derivados, amendoim, açúcar e certos laticínios. Elevadas tarifas nominais são aplicadas ainda a suco de laranja e fumo. Segundo estimativas do **Ipea/Cepal**, do total das exportações brasileiras de produtos primários para os EUA, em 1982 (167,5 milhões de dólares), cerca de 14% estavam sujeitos às restrições a importações[4]. Ressalte-se ainda as barreiras técnicas e sanitárias erigidas nas importações de frutas do **Brasil**, tais como **mamão papaya**, manga e melão, cujos controles de qualidade e padrões sanitários são superiores aos prevalecentes para o consumidor brasileiro.

As medidas adotadas pelos governos desses países, para limitar o acesso de produtos importados a seus mercados internos, afetam necessariamente as exportações brasileiras, sendo inaceitável imaginar-se que os interesses em jogo seriam essencialmente os dos **lobbies** agrícolas europeus ou americanos e, a partir disso, adotar-se uma posição distante da mesa negociadora.

Como se viu, as políticas de intervenção no fluxo de comércio de produtos agrícolas, (tarifárias e não-tarifárias) adotadas pelos países centrais, destinam-se a neutralizar as condições prevalecentes no mercado externo, em relação aquelas que predominam nos mercados internos, afetadas pela aplicação de uma variedade de instrumentos de proteção dos níveis de preços e renda dos agricultores. A harmonização e racionalização das políticas agrícolas nacionais apresenta-se, portanto, como uma condição necessária à tentativa de se minimizar os impactos das políticas internas sobre o patamar do comércio mundial. Para tanto, faz-se necessário reconhecer, no curso do processo negociador, que existem medidas protecionistas não conflitantes com a expansão do comércio, mas que todas elas implicam na geração de mecanismos de transferência de rendas, tanto no interior do país importador quanto entre os parceiros comerciais[5]. Como se sabe, sempre existirão, no seio de uma economia, segmentos setoriais demandantes de proteção. Para ser profícuo, o acordo recentemente firmado no **GATT**, estabelecendo compromisso para os temas agrícolas, precisa incorporar a distinção entre as ações de governos cujos efeitos estão restritos a suas respectivas economias, bem como a definição da natureza e do alcance das conseqüências daquelas ações que produzam impactos sobre as economias dos parceiros comerciais.

Uma solução desse tipo possui pelo menos três méritos. Em primeiro lugar, submete, de forma realista, ao controle da comunidade internacional, práticas até agora implementadas à revelia do **GATT** pelos dois membros mais poderosos desta instituição, os **EUA** e a **CEE**.

Em segundo lugar, oferece aos demais países a oportunidade de resolver em âmbito multilateral, com regras explícitas e supervisionadas, querelas comerciais anteriormente tratadas em nível bilateral. Por fim, fortalece o **GATT** como fórum de negociações multilaterais, capaz de regular as formas e graus de proteção compatíveis com os volumes de produção e comércio desejados pela comunidade internacional.

Especialmente no caso brasileiro, o rumo a ser tomado nessas negociações é de particular relevância para a defesa do seu crescimento econômico e da sua abertura ao comércio externo. Neste processo, a participação técnica brasileira representa o aproveitamento das oportunidades que serão abertas ao longo do processo negociador, na defesa de seus próprios interesses. Mais do que isso, representa um desafio frente aos formuladores da política econômica nacional, na medida em que a negociação comercial contribua para a reflexão em torno de um tema em constante evolução: o das formas de intervenção do estado na economia e suas conseqüências sobre o comércio internacional.

***Leane Comet Naidin**, economista da Coordenadoria Internacional da Comissão de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda.*

4 **Ipea/Cepal, Relações Comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos**, Brasília, 1985, p. 140.

5 Araújo, J. Tavares, e Naidin, Leane C. (1989), pp. 7/8.

TRIGO NA ARGENTINA

TRIGO – PRODUÇÃO ARGENTINA – 1978/79 A 1988/89

Ano	Área Colhida (mil ha)	Produção (mil t)
1978/79	4.685	8.100
1979/80	4.787	8.100
1980/81	5.023	7.780
1981/82	5.926	8.300
1982/83	7.320	15.000
1983/84	6.880	12.750
1984/85	5.950	13.200
1985/86	5.270	8.500
1986/87	4.982	8.930
1987/88	4.782	8.800
1988/89	4.500	7.600

TRIGO – CONSUMO NA ARGENTINA – 1978/79 A 1988/89 (em mil t)

Ano	Consumo Humano	Consumo não Humano
1978/79	3.993	100
1979/80	3.820	200
1980/81	3.800	150
1981/82	4.150	150
1982/83	4.649	200
1983/84	4.550	150
1984/85	4.525	75
1985/86	4.325	75
1986/87	4.526	0
1987/88	4.500	100
1988/89	4.500	100

TRIGO – EXPORTAÇÕES E ESTOQUES FINAIS DA ARGENTINA – 1978/79 A 1988/89

Ano	Exportações (mil t)	Estoques Finais (mil t)
1978/79	4.080	1.103
1979/80	4.755	428
1980/81	3.845	413
1981/82	3.638	775
1982/83	9.870	1.056
1983/84	7.847	1.259
1984/85	9.408	451
1985/86	4.300	251
1986/87	4.435	220
1987/88	3.705	715
1988/89	3.300	415

FONTE – USDA.

A safra de trigo está estimada pelo **USDA**, em seu mais recente relatório[1], em 7,6 milhões de t, 14% menos do que a produção obtida em 1987/88, em razão da estiagem. O clima seco prevalecente nos meses de maio e junho do ano passado havia impedido que alguns agricultores efetuassem o plantio. Período posterior de seca, durante o espigamento, afetou a produtividade física das plantações.

A área colhida, de 4,5 milhões de ha, é a menor, desde 1977/78. Além da seca, os triticultores argentinos enfrentam problemas como inflação elevada, a alta dos custos de produção e a taxa de câmbio desfavorável para as exportações agrícolas, apesar da melhoria dos preços externos, devido à seca nos **EUA**. Tudo isto fez com que muitos produtores rurais decidissem limitar área plantada com trigo.

A disponibilidade para exportação na safra 1988/89 (julho/junho) também se reduziu e se espera que o país exporte 3,3 milhões de t, total 11% abaixo do verificado em 1987/88 e a menor dos últimos onze anos. Há grande incerteza quanto à destinação das vendas argentinas e o país tem alguns acordos de fornecimento de longo prazo, com o **Brasil**, a **Venezuela** e o **Peru** (estes dois países com 150 mil t cada um). Não se sabe em que medida conseguirá cumpri-los. Em fins de abril, esperava-se a chegada de parcela das primeiras 350 mil t de trigo argentino ao **Brasil**. Pelo acordo, viriam, este ano, 1,55 milhão de t. Houve venda de 1 milhão de t à **China** e são mantidas negociações com compradores tradicionais, como o **Irã** e a **URSS**.

A safra 1989/90 será plantada a partir de maio/junho, quando os agricultores avaliarão os ganhos da atividade relativamente ao plantio solteiro da soja e à formação de pastagens. Embora os preços de exportação estejam mais altos do que há um ano, a política econômica local terá maior influência. Recentemente, o governo anunciou mudanças no câmbio, que continua prejudicial às exportações de produtos agrícolas. As autoridades governamentais prometeram eliminar o tratamento diferencial em dezembro próximo, mas a atual instabilidade por que passa a economia não tranqüiliza os produtores rurais.

Conforme referência anterior, a taxa de câmbio diferencial atua como um imposto ao produtor, anulando o impacto dos preços mundiais elevados no interior do país. A inflação argentina também desestimula o agricultor, apesar do aumento verificado nos preços oficiais de garantia. A estimativa do USDA é de alguma expansão no cultivo, tolhida, porém, pelas difíceis condições locais.

[1] **Wheat Situation and Outlook**

TRIGO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

TRIGO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DAS VARIEDADES HARD WINTER E HARD SPRING NOS EUA – 1988/89[1] – (em milhões de bushels)

DISCRIMINAÇÃO	HARD WINTER	HARD SPRING
Estoque inicial	567	402
Produção	880	181
Oferta total[2]	1.447	590
Consumo	530	193
Exportações	720	210
Estoque final	197	187

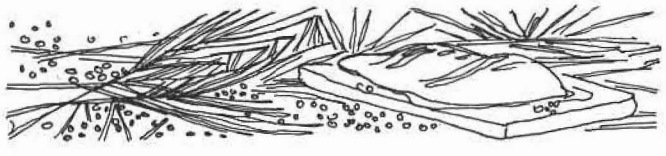
TRIGO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DAS VARIEDADES SOFT RED E WHITE NOS EUA – 1988/89[1] (em milhões de bushels)

DISCRIMINAÇÃO	SOFT RED	WHITE
Estoque inicial	75	134
Produção	474	231
Oferta total[2]	548	369
Consumo	233	47
Exportações	285	260
Estoque final	30	62

TRIGO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA TOTAL E DA VARIEDADE DURUM NOS EUA – 1988/89[1] (em milhões de bushels)

DISCRIMINAÇÃO	DURUM	TOTAL
Estoque inicial	83	1.261
Produção	45	1.811
Oferta total[2]	139	3.094
Consumo	57	1.060
Exportações	25	1.500
Estoque final	57	534

FONTE – USDA.
[1] Ano iniciado em 1º/06;
[2] Inclui as importações.



O mais recente relatório do **Economic Research Service**, do **USDA**, apresentou as condições da safra norte-americana e as perspectivas do comércio internacional. Segundo o estudo, o plantio de trigo de inverno, em 1989, alcançou a maior área, desde 1985, em razão dos preços elevados e da menor exigência de redução do cultivo, de 27,5% para 10%. A área da variedade **soft red winter** aumentou 18%, a da **white wheat**, 12% e a da **hard red winter**, 10%. A expansão total, porém, foi moderada por registros adicionais no **Conservation Reserve Program**, para o ano-safra 1989/90.

Segundo o **USDA**, o trigo de inverno geralmente responde por 75% da produção total dos **EUA**, sendo o restante representado pelas safras do trigo de primavera e do **durum**. Também se espera que as safras de 1989 destas variedades tenham plantio bem mais extenso.

A disponibilidade norte-americana, em 1988/89, está estimada em 3,1 bilhões de **bushels**, 22% abaixo do registrado um ano antes. A queda de 300 milhões de **bushels** na produção respondeu por cerca de 1/3 da redução, cuja principal razão foi a diminuição dos estoques. O estoque de 1988/89 é 31% menor do que o de 1987/88, mas ainda equivale a seis meses de consumo, fazendo com que se mantenha a relação estoque/consumo do período 1970/71 – 1984/85. A política agrícola constante no **Food Security Act** de 1985, que restringiu a produção e estimulou o consumo, é a causa das menores reservas atuais. Em 1985/86, os estoques finais corresponderam a quase um ano de consumo. A estimativa para o estoque em 1º/06/89 é de 534 milhões de **bushels**, o menor desde 1974/75. A relação estoque/consumo deverá ficar em 21%, a mais baixa, desde os 17% de 1973/74. Destaque-se que a ocasião anterior em que a relação esteve abaixo de 20% foi no fim da **Segunda Guerra Mundial**.

Como conseqüência deste **aperto**, o **Departamento de Agricultura dos EUA** calcula que o preço médio do trigo na safra de 1988/89 oscile entre US$ 3,65 a US$ 3,80/**bu**, cerca de US$ 1/**bu** acima do registrado na safra passada.

Considerando-se que o consumo interno e as exportações permaneceram próximos dos níveis de 1988/89, a possibilidade de ampliação dos estoques, sem que se verifique clima excepcional, é mínima.

As exportações em 1989/90 dependerão do **Export Enhancement Program**, da disponibilidade exportável, políticas dos países competidores e da produção e demanda em países-chave. Espera-se que os preços internacionais, em 1989/90, permaneçam bastante flexíveis, diante do **aperto** generalizado da disponibilidade.

OVOS

INDICADORES RELEVANTES

ESPECIFICAÇÃO	1988	1989	%
Produção de ovos[1]	668,12	510,0	- 24
Alojamento de matrizes[2]	99.220	121.010	+22
Custo de produção de ovos[3]	0,49	0,61	+25
Preço recebido pelos produtores[4]	0,30	0,35	+17
Preço médio da ração para poedeiras[5]	0,35	0,42	+20
Preço relativo ovo/ração[6]	0,86	0,83	- 3

FONTE – Uba/Apa, Banco Central do Brasil, FGV.

1 milhões de dúzias, janeiro a junho;

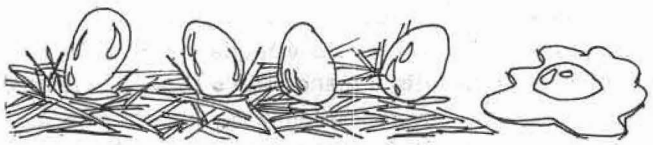
2 cabeças, janeiro e fevereiro;

3 NCz$/dúzia, janeiro e fevereiro (corrigidos pelo IGP-DI, para fevereiro de 1989);

4 NCz$/dúzia, janeiro e fevereiro (corrigidos pelo IGP-DI, para fevereiro de 1989);

5 NCz$/kg, janeiro e fevereiro (corrigidos pelo IGP-DI, para fevereiro de 1989);

6 preço recebido pela dúzia de ovos (NCz$) e preço pago pelo quilograma da ração para poedeiras (NCz$).



A avicultura de postura está tentando recuperar-se das seqüelas da **euforia** promovida pelo **Plano de Estabilização Econômica**, de 1986, que levou a crescimento acentuado do plantel, ao recorde de produção de quase 1,3 milhão de dúzias, em 1987, e a um período de dificuldade, que persiste, em linhas gerais, até hoje.

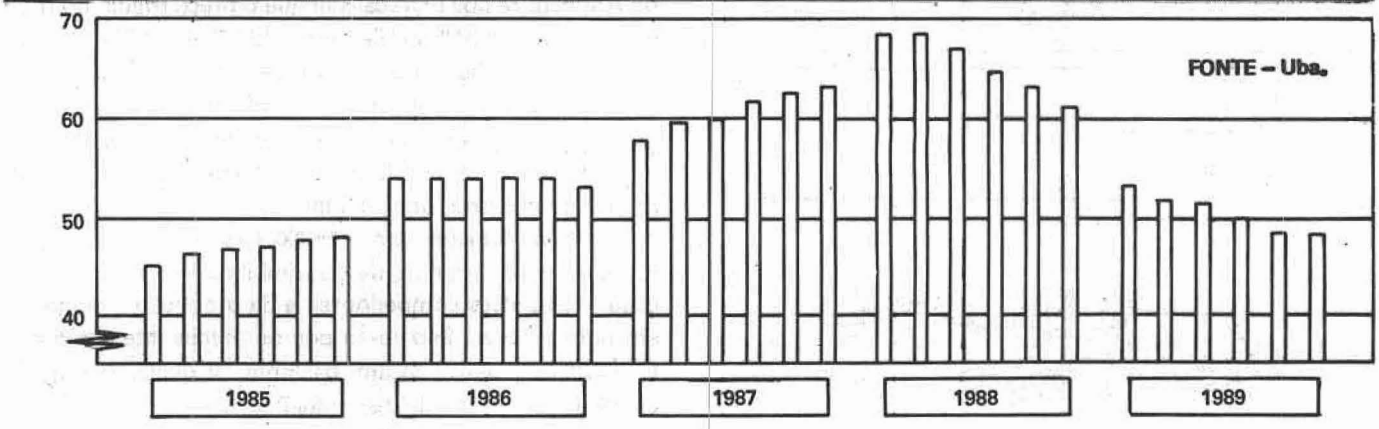
Os produtores têm convivido com o aumento dos preços reais da ração para aves de postura, que, no primeiro bimestre do presente ano, estiveram em patamar 20% superior ao do mesmo período de 1988. Desta forma, o ganho de 17% verificado, no período, nos preços recebidos pelos criadores, perdeu para o do alimento (cuja participação, no custo total, é de quase 70%, segundo a **Associação Paulista de Avicultura – Apa**) – traduzindo-se em diminuição do preço relativo ovo/ração.

Recentemente, após cerca de quatro meses de tabelamento no varejo, o preço da dúzia de ovos foi liberado.

Enquanto vigiu o controle de preços, o produto foi comercializado com ágio no mercado paralelo, em níveis até 100% superiores ao da tabela.

No segundo trimestre deste ano, a oferta comercial de ovos deverá ser 23% e 21% menor do que as de 1988 e de 1987, respectivamente. Tendo em vista que se aproximam as entressafras de milho e de carne bovina, pode-se esperar avanço continuado das cotações dos ovos. No primeiro caso, por se tratar de insumo vital à criação das aves e, no segundo, por ser o ovo considerado, tradicionalmente, substituto da carne.

BRASIL – PLANTEL ESTIMADO DE POEDEIRAS – PRIMEIROS SEMESTRES DE 1985 A 1989 – (em milhões de cabeças)



OPINIÃO DO LEITOR

*Em **Agroanalysis** não se mantém, por falta de espaço, uma seção do tipo **cartas dos leitores**, as quais, entretanto, são sempre bem recebidas e levadas em consideração, ensejando resposta epistolar, individual, quando possível. Inserem-se hoje, aqui, excepcionalmente, várias sínteses, dentre cerca de um milhar de críticas recentes de leitores habituais, mencionando-se apenas suas cidades de origem, já que não se possui autorização expressa para identificá-los. A direção do **Agroanalysis** vem envidando esforços no sentido de satisfazer os leitores, e há de ser este o objetivo de qualquer publicação, mas não tem conseguido superar dificuldades que enfrenta, aliás crescentes, nestes tempos bastante difíceis. Os leitores perceberão que algumas de suas sugestões já puderam ser atendidas. As demais também o serão, por certo.*

De Campos (RJ):
Matérias mais objetivas, com detalhes práticos para a conjuntura real brasileira.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Diminuir a defasagem entre a data da revista e a data da entrega; acrescentar artigos sobre avanços tecnológicos na agropecuária, de caráter excepcionalmente significativo, obtidos no **Brasil** e no exterior, capazes de alterar a economia do setor a curto, médio e longo prazos.

De Juiz de Fora (MG):
Análise do sistema de produção de leite e carne; sugestões para melhorá-los nos quatro grandes subsistemas primários: reprodução e genética, climatologia, nutrição e sanidade.

De Belo Horizonte (MG):
Comentários (e/ou previsões), a partir de 1992, sobre os mercados europeus, **União Soviética, EUA-Canadá-México** e países asiáticos (**Japão, Coréia do Sul, Formosa**), além da **Austrália**, em relação aos produtos primários do **Brasil** (soja, carne, cacau e milho) e da **Argentina**.

De Ribeirão Preto (SP):
Rapidez na entrega.

De Igaraçu do Tietê (SP):
Considero **Agroanalysis** altamente técnica e atualizada, ou seja, uma publicação séria.

De Porto Alegre (RS):
Análise crítica do modelo e propostas de alteração. Ex.: regionalização dos preços mínimos pagos pela **CFP**, custo de estocagem pelo governo etc...

Do Rio de Janeiro (RJ):
A publicação é honesta, altamente confiável e técnica. Gostaria aqui de levar a vocês o meu agradecimento sincero por ser um dos beneficiados por esta publicação.

De São Sebastião de Lagoa de Roça (PB):
Mercado internacional de **commodities**.

De Curitiba (PR):
Gosto da simplicidade e objetividade das exposições. Creio que está a meu gosto.

De Ponta Grossa (PR):
Ensaios especiais mais profundos e sem constrangimento.

De Ponta Grossa (PR):
Nas seções do **Panorama Agropecuário, Preços Relativos nos Mercados Interno e Externo** acho um pouco complexo o sistema gráfico utilizado, ficando um pouco truncada a sua interpretação, o mesmo ocorrendo com os gráficos dos preços recebidos pelos agricultores. Sugiro que sejam simplificados pelo setor de artes.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Maior informação no comércio exterior dos produtos vegetais e animais.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Deve-se explorar, por meio de estudos e ensaios, a possibilidade de acréscimo na produtividade dos setores em análise e, em nosso caso, especificamente, do setor usineiro de açúcar e álcool.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Apontamento de soluções ou técnicas apropriadas para evitar problemas de produção. Comparação de produção/ha do **Brasil** com países detentores de técnicas mais avançadas.

De Olímpia (SP):
Sendo uma publicação que abrange todo o setor agropecuário, não há nada a melhorar.

De Niterói (RJ):
Matérias sobre olericultura (estado do **Rio de Janeiro**). Preços de insumos e demais custos das explorações agropecuárias.

De Londrina (PR):
Matérias com chamadas nas capas, para não passar em brancas nuvens, pelo muito que se tem a fazer.

De Juiz de Fora (MG):
A publicação satisfaz plenamente minhas expectativas, sendo que às vezes falha, por deixar de citar acontecimentos de expressão na conjuntura agropecuária.

De Morro Agudo (SP):
Discussão mais ampla sobre os fatores que limitam o aumento da produtividade da terra (muito baixo!) e, sobretudo, do homem. Sem maior produtividade destes, não há alternativa para a mão-de-obra "escrava"! E sem uma agropecuária capaz de compatibi-



lizar a melhor remuneração dos fatores de produção (terra, capital, homem e máquinas) com a produção de alimentos e matérias-primas mais baratas e competitivas, sem prejuízo da capacidade produtiva do ambiente, não há progresso!

Do Rio de Janeiro (RJ):
Maior rapidez na divulgação dos preceitos de política agrícola. Maior enfoque nas práticas de comercialização.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Ensaios especiais sobre produtos de exportação, tais como castanha de caju, lagosta e outros produtos que tenham peso na pauta de exportação brasileira.

De Belo Horizonte (MG):
É nosso interesse recebê-lo tão logo seja publicado, uma vez que atrasos podem gerar desatualização de informações.

De Passo Fundo (RS):
Penso que é um informativo de grande valia; para mim, cumpre o papel que lhe é proposto e a Fundação possui pessoal altamente competente para realizar as observações e expô-las via revista **Agroanalysis.** Isto observa-se lendo a revista e observando as pessoas responsáveis por ela. Resta dizer: Parabéns!

Do Rio de Janeiro (RJ):
A elaboração dos índices temáticos foi ótima e deve ser mantida. Uso freqüentemente para consulta às informações sobre outros produtos que não são de meu interesse prioritário.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Aumentar o número de produtos analisados.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Artigos menos extensos.

De Jaú (SP):
Na dinâmica da economia nacional, os valores fornecidos em Cz$ ficam defasados demais.

De Erechim (RS):
Estudar normas simples para estabelecer custos de produção, nas diversas atividades agrícolas (suinocultura, bovinocultura de leite etc...). Descrever algum modelo de pequenas cooperativas e de pequenos produtores que realmente funcionem como cooperativas, porque notamos que as cooperativas ligadas à agropecuária não funcionam ou não vão ao encontro dos interesses do produtor rural.

De Belo Horizonte (MG):
Discriminar por produto os principais estados e países produtores. Panorama da produção mundial.

De Paranavaí (PR):
Revista de muito interesse e completa, da maneira como vem sendo publicada.

De Campos (RJ):
Seria importante o desenvolvimento de estudos específicos sobre o comportamento da produção e políticas agrícolas no estado do **Rio de Janeiro.**

De Itaguaí (RJ):
O padrão está bom, porque sintetiza e permite um acompanhamento melhor.

De Brasília (DF):
Esta Biblioteca recebe e divulga ao corpo técnico da instituição. Além destes, os usuários externos, como estudantes, pesquisadores, etc., também se utilizam do periódico para os mais diversos fins. Portanto, ele é muito útil para este Setor de Documentação. Gostaríamos de continuar recebendo a publicação.

De Goiânia (GO):
O **Panorama Agropecuário** deve periodicamente (por trimestre) apresentar análise mais profunda das variáveis de mercado.

De Curitiba (PR):
Situação da produção de sementes dos estados brasileiros.

De Goiânia (GO):
Qualidade excelente; um maior número de matérias seria ótimo.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Mercado externo de produtos vegetais – projeções futuras. No mais, parabéns pela excelente publicação.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Veiculação de propaganda, para solucionar o problema de novos assinantes, bem como a cobrança de "pequena" taxa de manutenção, pelos assinantes.

De Porto Alegre (RS):
Manter a linguagem o mais simples possível, evitando o tom especializado, próprio de técnicos altamente familiarizados, estilo que afugenta o leitor comum, popular.

De Goiânia (GO):
Apresentar a conjuntura internacional dos produtos agropecuários. Análise da agricultura nacional, destacando a modernização dos equipamentos na agricultura, como, também, os incentivos fiscais existentes nos estados brasileiros.

De Lages (SC):
A publicação é especializada, sendo assim, as melhorias surgem com a modernização, mas se não for pedir demais, talvez se pudesse agilizar a publicação, para estar disponível quase junto, ou logo a seguir, aos acontecimentos.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Enriquecer os ensaios especiais com artigos mais amplos e criar uma parte (seção) com entrevistas de agricultores/pecuaristas.

De Curitiba (PR):
Estudos especiais de economia agrícola, valendo-se do banco de dados da **Fundação** e dos especialistas existentes na instituição.

De Teófilo Otoni (MG):
Estender as seções de produtos animais (bovinos de preferência). Publicar gráficos e pesquisas da década, com relação a preços de carne e leite.

De Catalão (GO):
Custo de produção de produtos vegetais e animais.

De São Luís (MA):
Análise de produtos e preços que, no momento, está quase totalmente voltada para as regiões Sul e Sudeste.

De Porto Alegre (RS):
Mais elementos de economia política da agropecuária.



De São Paulo (SP):
Divulgação de trabalhos científicos de outras entidades (universidades, governo).

De Piracicaba (SP):
Inclusão de dados sobre insumos, especialmente fertilizantes (preços, produção etc.). Café, cana-de-açúcar, florestas, pastagens, hortaliças, lavouras ornamentais.

De Ribeirão Preto (SP):
Urgente: pontualidade na entrega. Os assuntos não podem ficar velhos.

De Belo Horizonte (MG):
Agilizar sua publicação. Ser mais agressiva nas análises preditivas.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Edição de números especiais (similar ao que tratou de agrotóxicos). Avaliação de gerenciamento por microbacias. Análise de insumos nas diferentes regiões do Brasil.

De Rio do Sul (SC):
No meu entender, a revista está muito boa.

De Recife (PE):
Publicar matérias sobre produção e comercialização de mudas e citricultura.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Sugerimos que vocês publiquem, se for possível, informações sobre preços internacionais de frutas e sucos.

De Brasília (DF):
Gostaria de receber "xerox" de trabalhos publicados sobre feijão em todos os seus aspectos (produção, mercado interno e externo, estoques reguladores e mundiais, tendências), principalmente o feijão-preto. Sugestão: publicação dos preços médios dos principais insumos agropecuários, tais como fertilizantes, defensivos, sementes, medicamentos e sal mineralizado, implementos etc.

De Amparo (SP):
"Comportamento das Lavouras": divisão por estado e produção em unidades usuais (ex. laranja em caixas de 40,8 kg, não em mil frutos). Maior rapidez entre a impressão e a distribuição da revista (chega com algumas informações já superadas).

De Cachoeira do Sul (RS):
Pela credibilidade de que **Agroanalysis** desfruta junto aos setores de produção primária e agroindústria de transformação, entendemos que deveriam objetivar os custos de produção (da lavoura ao consumo), trazendo periodicamente a seus leitores a dimensão desse processo.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Agroanalysis vem prestando um ótimo serviço quanto à orientação dos leitores sobre a conjuntura agropecuária e analisando os fatores que interferem nesse tema. Espero que essa publicação receba o apoio institucional necessário para dar continuidade ao exercício de sua função.

De São Paulo (SP):
Revisão dos trabalhos, informações mais recentes, distribuição do periódico mais rápido.

De São Paulo (SP):
Maior rapidez na entrega da publicação.

De Fortaleza (CE):
Sugerimos a introdução de dados sobre derivados de carne suína no mercado do Nordeste, no que diz respeito à comercialização, consumo e participação das outras regiões neste mercado.

De Brasília (DF):
Informações sobre exportação e importação de produtos agropecuários.

De Passo Fundo (RS):
Está ótimo, a não ser em alguns casos em que se torna muito técnico.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Tenho especial interesse sobre o mercado de laticínios, incluindo *todos os seus derivados e sua participação relativa no mercado* nacional. Análise do mercado relativa à produção da **Argentina, Uruguai** e sua integração com o nosso mercado, incluindo preços cif-**Rio de Janeiro, São Paulo** etc. E, finalizando, num nível mais *abrangente, quero obter também informações sobre a produção* dos **Estados Unidos** e **Europa** e seus respectivos preços, haja vista as importações havidas durante o **Plano Cruzado** e suas conseqüências no mercado nacional.

De Belo Horizonte (MG):
Dada a qualidade dos artigos e sua extrema utilidade para o público que os utiliza, sugiro um aumento do número de seções de **Agroanalysis**, bem como a publicação de um *anuário sobre o* comportamento da agricultura brasileira e mundial.

De Caconde (SP):
O tempo entre a provisão de matéria e o recebimento pelo leitor é muito grande, o que faz com que muitos artigos deixem de ter interesse, quando do recebimento de **Agroanalysis**, por terem caducado.

De Curitiba (PR):
Dentro de minha concepção, o **Agroanalysis** fornece as informações de forma clara e precisa. Considero-me satisfeito com seu conteúdo, pois atende as minhas exigências profissionais.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Trazer-nos enfoques de situação, crédito, comercialização de produtos específicos em outros países; enfoques relativos ao varejo de produtos, sua relação de preços finais junto ao consumidor.

De Piranguçu (MG):
Mais destaque ao cooperativismo, como meio de fortalecer e desenvolver o produtor rural. Mais informações sobre problemas trabalhistas que enfrentam os agricultores profissionais.

De Jardinópolis (SP):
Agricultura voltada à produção de energia.

De Salvador (BA):
Enfatizar o **business life approach**, definindo-se não como entidade de pesquisa puramente acadêmica, mas de auxílio ao produtor.

De Piracicaba (SP):
Desenvolver relações de trocas insumo/produto.



De Brasília (DF):
Colocar nos preços internacionais os valores (outra curva) em dólares/kg, além dos valores em US$/libra.

De Curitiba (PR):
As informações são de ótimo nível. A revista chega com algum atraso, compreensível, já que analisa fatos e comportamentos concretos. Seria um estudo de tendências de comportamento de mercado.

De Belo Horizonte (MG):
Avaliações (Ensaios Especiais) sobre relações de trabalho. Idem, tecnologias (avaliação de introdução).

De Salvador (BA):
Dirigir com ótica específica o que essa **Fundação** deseja atingir.

De Santos (SP):
Conservem o mesmo padrão atual.

De Novo Hamburgo (RS):
Mais atenção à agroindústria, pecuária, indústria da carne.

De Brasília (DF):
Deveria haver alguns artigos a respeito do panorama internacional da agricultura.

De Curitiba (PR):
Incluir uma seção de indicadores financeiros.

De Ribeirão Preto (SP):
Matérias contidas no **Agroanalysis** têm sido de grande valia.

De Piracicaba (SP):
Aumentar a freqüência de Ensaios Especiais.

De Londrina (PR):
Agroanalysis é uma publicação excelente, pois fornece informação ligada à agropecuária.

De Prudentópolis (PR):
Sugerimos detalhar mais profundamente os assuntos específicos que forem abordados.

De São Luís Gonzaga (RS):
Deveria haver um glossário para a explicação de determinadas palavras colocadas no texto, pois no nível de agricultor, muitas vezes fica difícil o entendimento do texto devido a palavras-chaves.

De Ijuí (RS):
De maneira geral, a revista é boa. Algum assunto, às vezes é tratado em linguagem muito técnica. Se houvesse linguagem mais simplificada, ficaria mais inteligível.

De Porto Alegre (RS):
Considero muito boa a revista.

De Ortândia (SP):
Maior rapidez na distribuição.

De Florianópolis (SC):
Está bem, deve manter o padrão.

De Piracicaba (SP):
Muito bem feito o **Agroanalysis**. No entanto, gostaria de sugerir que, ao invés de analisar uma só cultura por vez com grande profundidade, dedicasse o número (p. ex. agosto ou setembro) que atendesse ao plantio de primavera, a uma análise das principais culturas anuais, perspectivas de mercado, área com possibilidade de ser plantada etc.

De Campinas (SP):
A linha atual corresponde às necessidades, sendo importante, apenas, que a análise de cada produto mantenha determinada periodicidade e identidade com a análise anterior (p. ex. produção de frangos analisada anualmente ou semestralmente, mas mantendo ou renovando as características básicas da análise anterior) para que haja um acompanhamento "histórico" do produto analisado.

De Goiânia (GO):
Perspectivas de mercado interno e externo.

De Ituverá (SP):
A análise do mercado não é muito atualizada. Quando a publicação chega às nossas mãos, muitas vezes estão desatualizados os preços nela mencionados.

De Teresina (PI):
No meu modo de ver, a revista está ótima.

De Florianópolis (SC):
De modo geral, está satisfatória.

De Cáceres (MT):
Parabenizamos a revista pela qualidade de suas reportagens.

De Horizontina (RS):
Trata-se de um boletim sério, analítico e ponderado. Dentro de sua linha de trabalho, atende perfeitamente os propósitos a que se propõe.

De Piracicaba (SP):
Acho muito bom o conteúdo da publicação.

De Ponta Grossa (PR):
A revista satisfaz as minhas necessidades, com uma objeção: deveria ser enviada mais rapidamente, para que possa atualizar realmente o leitor.

De Bom Despacho (MG):
O **Agroanalysis** é como um dicionário para nós. Estamos passando grandes dificuldades com a suinocultura e avicultura. Particularmente, gostaria que houvesse mais ênfase nestas duas áreas, pois facilitaria tomadas de decisões importantes para nós, granjeiros.

De Sobral (CE):
Publicar o índice de preços de máquinas agrícolas, implementos, caminhões, pneus e **Diesel**. Comparar custos de produção em diferentes regiões do país. Apresentar os recentes avanços da informática na agropecuária.

De Cascavel (PR):
Análise mais aprofundada das relações de trocas agrícolas do **Brasil** com o exterior, flutuações internacionais de preços agrícolas e estudos mais detalhados sobre política agrícola.



De Goiânia (GO):
Devido à celeridade com que os fatos ocorrem em nossa economia, existe um descompasso entre o momento analisado pela revista e a realidade do mercado quando ela nos chega às mãos. Talvez isto se deva mais ao descontrole da economia, do que propriamente a uma deficiência de **Agroanalysis** mas, caso pudessem fazer algo para minorar este problema, isto seria muito bem recebido pelos leitores.

De Londrina (PR):
Mais direcionada à política agrícola, bem como comparativo com o mercado mundial.

De Franca (SP):
Se possível, uma regionalização das informações, de forma a serem considerados os diferentes estágios e fatores que afetam a agropecuária em cada região produtora.

De Niterói (RJ):
Atividades ligadas à administração da pequena propriedade rural, de gestão de pequena empresa rural.

De Ouro Branco (MG):
Faltam tabelas, regulares, com os preços dos principais produtos alimentícios. Estudos profundos sobre culturas.

De Maria da Fé (MG):
A publicação é de bom nível técnico. Tem na variedade de informações seu ponto de destaque. Dessa forma, continuar a servir os usuários em todo o **Brasil** é certamente uma forma de melhorar o **Agroanalysis.**

De Jaboticabal (SP):
Atentar para o fato de que, para o mercado interno, o amendoim é cultura de importância crescente, principalmente na indústria de alimentação (doces etc.).

De Uberaba (MG):
Preços relativos soja/farelo de soja e soja/óleo de soja, nacionais e internacionais (Chicago): comparação muito importante.

De Porto Alegre (RS):
Comportamento das lavouras em nível de estados e municípios de maior expressão para cada cultura de produto animal.

De Vitória (ES):
Sempre achei que o **Agroanalysis** deveria dedicar mais espaço aos "insumos agropecuários", dada sua importância no conjunto do setor agropecuário. Afinal, a movimentação de consumo de sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas etc. é um indicador altamente significativo para previsão do comportamento das lavouras. Além disso, é um segmento relativamente fácil de trabalhar, pois é mais evoluído, tem sindicatos, associações, empresas organizadas etc. Talvez minha visão não esteja muito adequada ou seja suspeita, pois atuo no ramo. Afinal, somente os mercados de fertilizantes e defensivos agrícolas do Brasil devem valer cerca de US$ 3 bi, fora a movimentação que criam.

De Belo Horizonte (MG):
Apresentar índices econômicos, como OTN, MVR, salário mínimo de referência mês a mês.

De Governador Valadares (MG):
Agroanalysis apresenta bastantes subsídios, informando o comportamento do mercado.

De Curitiba (PR):
Produtos vegetais e animais: abranger produtos não tratados pelo **Agroanalysis,** mas também importantes na pauta das exportações nacionais; ênfase também a produtos da agroindústria, principalmente questões de mercado interno e externo. Ensaios especiais: apresentar um maior número; sinopses informativas de teses úteis. Há falta de informação dos produtos agrícolas beneficiados e industrializados (ex.: café solúvel, açúcar, malte, sacaria de algodão, calcário agrícola).

De Carmo (RS):
Acho o nível do **Agroanalysis** muito bom. Basta que continue trabalhando para mantê-lo, procurando aprofundar cada vez mais as pesquisas e artigos, no sentido de manter os leitores bem informados.

De Palmeiras de Goiás (GO):
Criação de um pequeno vocabulário, a cada edição, definindo os termos técnicos usados na mesma. Se possível, maior rapidez na entrega de **Agroanalysis.**

De Goiânia (GO):
Inserir análises regionais específicas.

De Londrina (PR):
Que a revista não atrase os seus números e que a publicação do mês chegue ao assinante no mês.

De Viçosa (MG):
Deve ser semanal.

De Brasília (DF):
Trazer informações sobre o setor de produção de sementes.

De Porto Alegre (RS):
A revista atende aos interesses de um grande e diversificado grupo de leitores, no entanto, o interesse maior da minha parte relaciona-se com o movimento **incremental** de produção agrícola no Brasil. Assim, trabalhos relacionados com o crescimento da produção de cereais em microrregiões seriam muito bem aceitos.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Especificar o comportamento do mercado agrícola em cada região (dentro de cada estado); evoluções de preços, tendências, perspectivas – análise crítica da atuação do governo, pareceres etc.

De Porto Alegre (RS):
Mais brevidade na remessa, se possível, ponderar a participação do mercado extra-oficial e os custos de produção.

De Curitiba(PR):
Deveria ser explorada a avaliação econômica dos grandes projetos desenvolvidos pelo governo brasileiro. Poderia viabilizar estudos de análise econômica de grandes projetos/programas de desenvolvimento do país (ex.: **Proálcool, Polonordeste, Profir** etc.).

De Itajaí (SC):
A revista é ótima. Sugiro ser incluído algum trabalho (na seção **Ensaios Especiais**) sobre hortaliças de raízes (batata-doce, cará, inhame, taioba etc.) e sua importância como alimento alternativo, principalmente para a população economicamente mais carente.

De Brasília (DF):
Sugiro, se possível, maior rapidez na distribuição, aumentando, assim, a oportunidade de leitura. Também, se possível, a inclusão de outros produtos como o alho, por exemplo, que poderiam ser analisados nos aspectos de produção, mercado, importação etc.



Do Rio de Janeiro (RJ):
A análise relativa à comercialização externa poderia ser mais aprofundada para todos os produtos que a revista normalmente analisa.

De Florianópolis (SC):
Na questão de produtos vegetais e animais, em cada número dar uma visão dos principais. Desenvolvimento maior de ensaios.

De Brasília (DF):
A revista, no que tange à conjuntura agropecuária, no seu modo geral e específico, está muito bem. Análises claras e objetivas, que nos auxiliam em nossa atividade profissional.

De Lavras (MG):
Em princípio, a revista atinge os objetivos propostos.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Na medida do possível, aumentar o número de produtos analisados.

De Araucária (PR):
Comentários e análises de outros produtos, como fruticultura, especialmente maçã pois, já na próxima safra, vamos atender à demanda nacional. Entrem em contato com a Associação Brasileira dos Produtores de Maçãs, que poderá fornecer dados e informações iniciais.

De Fortaleza (CE):
Reputo uma excelente revista para quem está ligado, direta ou indiretamente, ao setor agropecuário. Lendo **Agroanalysis** fico por dentro do que ocorre, em nível nacional, no setor agropecuário. Parabéns a quantos fazem **Agroanalysis**. É uma das minhas leituras obrigatórias.

De Brasília (DF):
Mais ensaios especiais, principalmente enfocando exportações, integração econômica, comércio internacional.

De Campo Grande (MS):
Seria interessante uma reportagem sobre o consumo de carne vermelha, nos últimos dez anos, no mundo.

De São Paulo (SP):
Comparar a produtividade brasileira com países da Europa e com os Estados Unidos. Anualmente, a participação dos produtos agrícolas, vegetais e animais, tanto em valor US$ como em percentagem na balança comercial brasileira (exportações e importações).

De Porto Alegre (RS):
Devem continuar na mesma linha. Muito bons os artigos sobre a conjuntura internacional dos produtos. Sugiro artigos econômicos sobre a irrigação: o que custa ao agricultor, como a irrigação é incentivada em outros países, por que a nova Constituição discriminou o Sul do país em um artigo 42 ou 43 das Disposições Transitórias.

De Campo Grande (MS):
Maiores informações sobre a produção e comercialização, e seus pontos de estrangulamento nas regiões de fronteira agrícola. Difundi-los, para que a iniciativa privada possa participar **pari passu** do processo produtivo primário destas regiões, como MS, MT, GO, RO, MA etc.

De Araranguá (SC):
Sugiro a apresentação de índices econômicos.

De Lavras (MG):
A faixa de produtos agrícolas analisados pela revista poderia ser ampliada.

De Florianópolis (SC):
A grande vantagem de **Agroanalysis** é a sua atualidade. Neste Banco, não leio apenas eu, mas toda a equipe da área de alimentos, composta de treze técnicos.

De São Paulo (SP):
Seria desejável encurtar os prazos dados em relação à efetiva publicação.

De Mogi-Mirim (SP):
Periodicamente, deveria haver um artigo sobre o comércio internacional de produtos importantes nesse mercado, mas que fossem inexpressivos no **Brasil**, de modo a estimular mais a diversificação de culturas, se for viável tecnicamente sua produção no país.

D[illegible]o de Janeiro (RJ):
Publiquem mais estatísticas e gráficos sobre leite e derivados.

De Belo Horizonte (MG):
A revista é boa, os gráficos claros e fáceis de interpretar, os quadros estatísticos são objetivos e a leitura é amena.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Agroanalysis vem sendo uma publicação muito útil, séria, de valor para os estudos de conjuntura e de estrutura que a ESG faz sobre a produção agropecuária e o correto exame do setor rural brasileiro.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Análise de custos dos insumos. Grau de dependência de importação.

De Porto Alegre (RS):
Entendo que a revista já consolidou o espaço que ocupa no que diz respeito a informações econômicas da agropecuária. É ainda perfeitamente complementada pela revista **Conjuntura** dessa **Fundação.**

De Carmo da Mata (MG):
Depois de cada artigo deveria haver uma síntese, de maneira bem clara e de fácil entendimento, para leitores de todos os níveis.

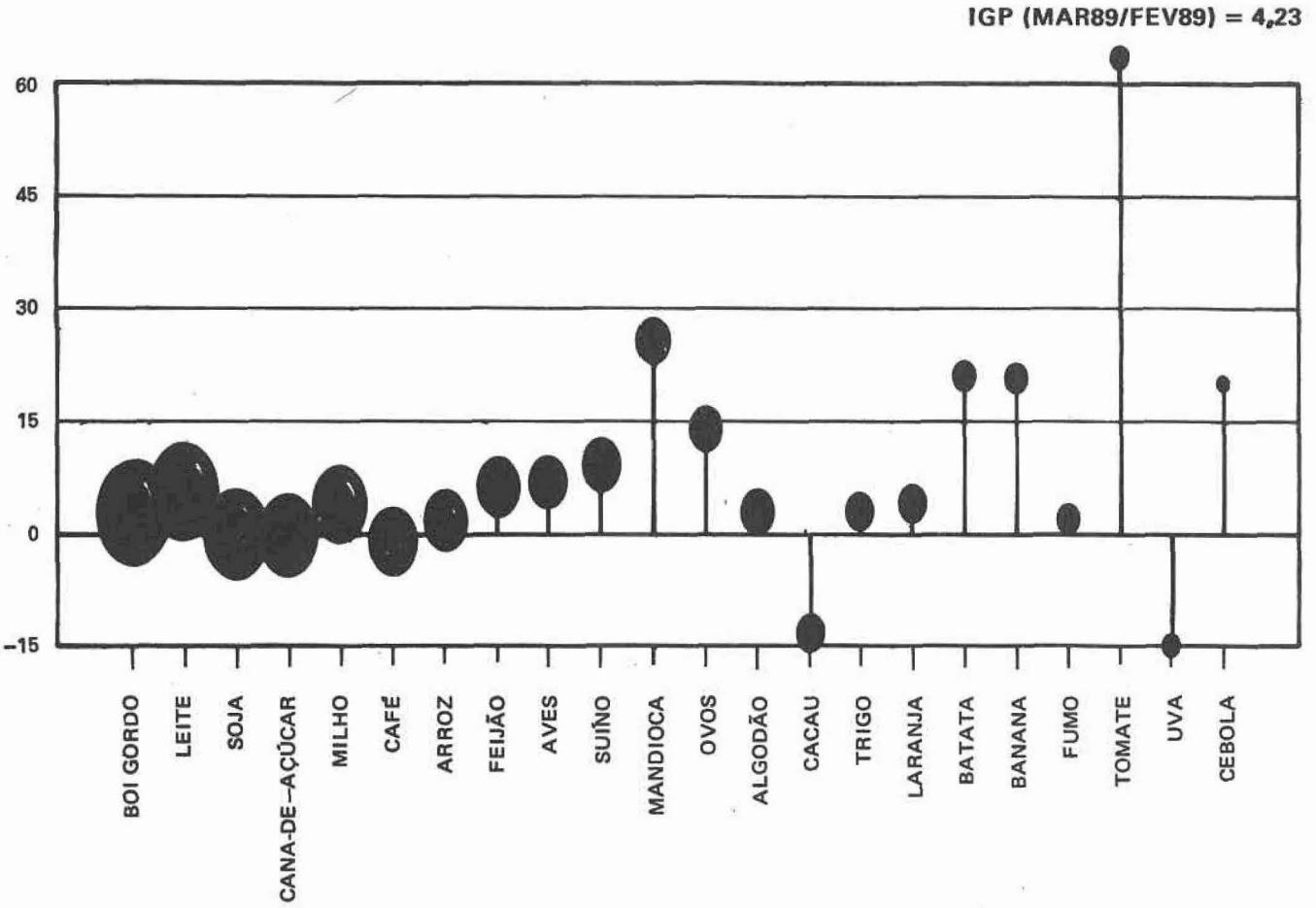
De Porto Alegre (RS):
Agroanalysis é a melhor publicação brasileira no gênero!! Mesmo nós, que estamos no dia a dia acompanhando o setor agropecuário e gerando estudos e informações, sempre encontramos novidades!! Um dos aspectos que mais valorizamos nesta publicação é seu descomprometimento em relação à linha governamental e a outros interesses no setor!!

De Rio Verde (GO):
Das revistas econômicas que leio, é a melhor, a que dou mais credibilidade (principalmente levando em conta a instituição responsável). Por ora, tenho achado a publicação ótima no que se refere a informações comerciais agropecuárias. Parabéns!

De Nova Bassano (RS):
Ampliação dos estudos pecuários.

(Continua no próximo número)

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES



No gráfico ao alto, as retas, perpendiculares ao eixo horizontal, indicam diferença entre a variação percentual (△%) dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) de cada produto e a variação (△%) do IGP-DI (no mesmo período), permitindo visualizar os ganhos potenciais relativamente à taxa de inflação, expressa por aquele indicador (IGP-DI). É evidente que essas retas estarão traçadas acima (se a variação for positiva) ou abaixo (se a variação for negativa) do eixo horizontal (△% = 0) do gráfico. Exemplo: se, em determinado mês, a variação percentual do preço do leite, em relação ao mês anterior, for igual a 30% e a taxa de inflação, no mesmo intervalo, for igual a 20%, a reta alcançará a linha indicativa de que houve um crescimento real de preços da ordem de 10%.

As bolotas que encimam as retas, variando de tamanho, servem para mostrar, em ordem decrescente, o valor de cada produto frente ao valor total da produção agropecuária (segundo o Censo de 1980), também em termos percentuais. Assim, o boi gordo (maior bolota) representa 10,7 % da produção e a cebola (menor bolota), apenas 0,4 % da mesma produção.

Os preços são médios do Brasil como um todo.

O escrito acima procura atender oportunas sugestões de leitores, do mesmo modo como o quadro ao lado, que aparecerá a cada edição, atualizado.

VARIAÇÕES MENSAIS DE ALGUNS INDICADORES – (em %)

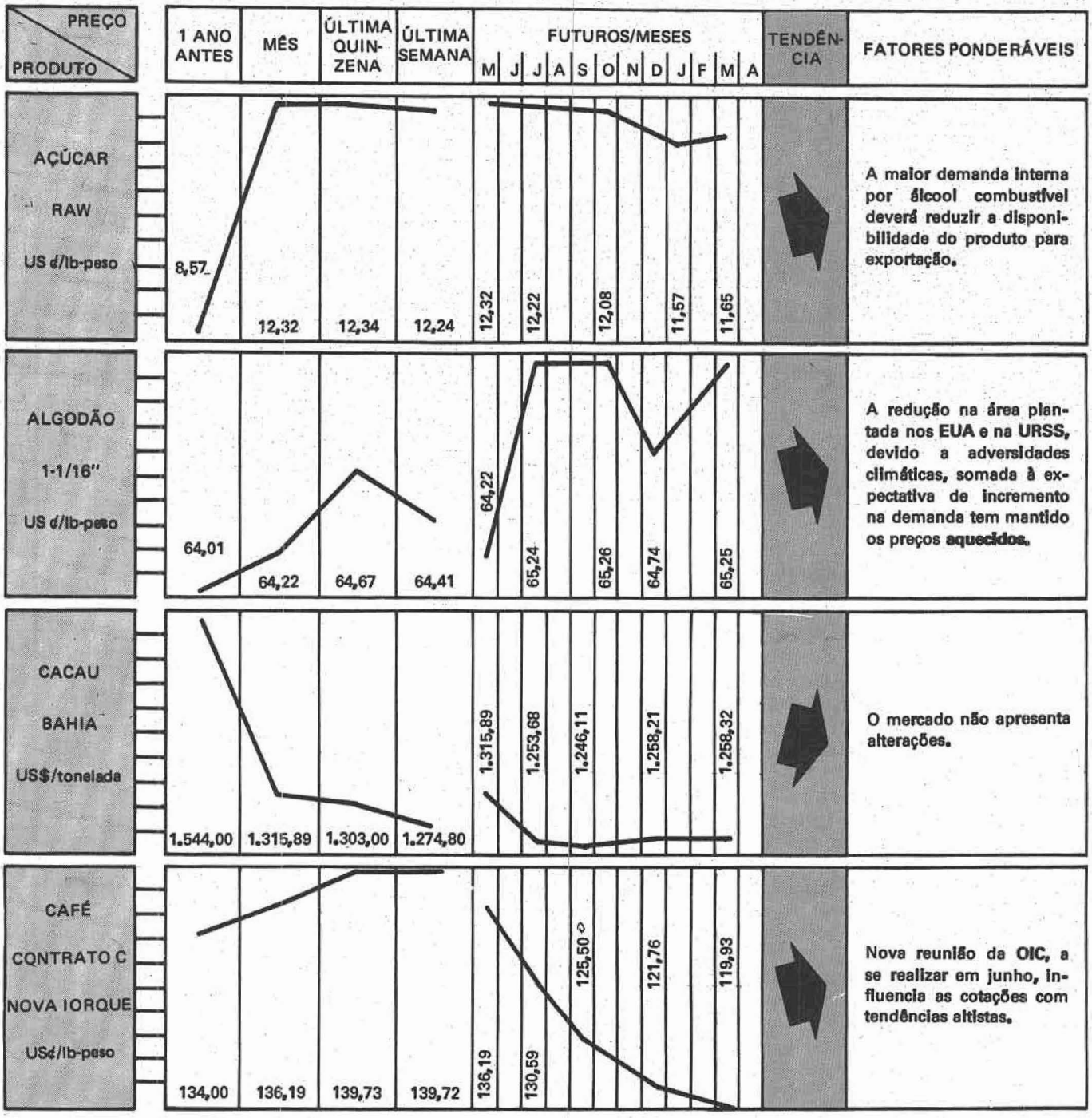
MÊS	IGP	OTN	Cz$/US$	IPR	IPP
Jul-86	0,638	0,000	0,000	3,547	3,019
Ago	1,328	0,000	0,000	3,379	2,783
Set	1,095	0,000	0,000	3,338	3,909
Out	1,384	0,000	0,939	1,302	3,067
Nov	2,453	0,000	0,981	3,168	3,106
Dez	7,563	0,000	3,112	9,497	3,954
Jan-87	12,037	0,000	7,920	7,362	3,783
Fev	14,106	0,000	15,531	2,693	6,496
Mar	14,997	70,686	15,825	4,335	11,567
Abr	20,080	14,515	12,858	11,571	25,402
Mai	27,583	20,960	29,844	23,069	18,384
Jun	25,872	23,442	28,127	18,507	26,026
Jul	9,332	18,021	13,930	9,811	11,179
Ago	4,498	3,051	4,887	12,184	9,879
Set	8,018	6,360	5,805	12,276	13,334
Out	11,148	5,681	7,101	11,064	10,846
Nov	14,464	9,180	11,014	11,728	10,699
Dez	15,928	12,840	13,817	13,607	11,539
Jan-88	19,103	14,140	15,077	11,620	11,764
Fev	17,645	16,511	16,980	14,704	15,357
Mar	18,163	17,961	17,940	19,367	18,027
Abr	20,332	16,010	17,839	19,056	18,395
Mai	19,500	19,280	19,317	17,893	21,007
Jun	20,840	17,780	20,640	25,748	22,598
Jul	21,538	19,530	18,764	26,839	21,819
Ago	22,895	24,040	24,098	22,134	27,634
Set	25,758	20,660	22,498	24,853	25,198
Out	27,584	24,010	25,480	31,494	20,437
Nov	27,969	27,250	27,787	34,265	24,562
Dez	28,886	26,920	27,548	35,502	24,928
Jan-89	36,557	28,786	35,016	26,544	34,479
Fev	11,804	–	10,375	21,775	16,401
Mar	4,228	–	0,000	9,443	5,110

Fonte: FGV/Ibre/Cea/CFP e Banco Central do Brasil.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de abril)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de abril*
3 – Preço médio na última quinzena de abril*
4 – Preço médio na última semana de abril*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	204,42	268,93	270,03	267,35	268,00		270,16		263,47			262,30			268,00			Bom movimento exportador sustenta as cotações.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	672,30	730,38	741,17	733,90	730,38		738,71	737,14	724,39		718,68		727,59		736,55			O mercado continua sob a influência baixista da grande safra do **Brasil** e da ampliação do cultivo nos **EUA.**
SOJA FARELO US$/tonelada curta	198,57	224,51	226,99	224,51	224,72		223,11	221,09	218,75	215,71		214,55	214,14		213,99			Segundo o **Oil World,** os estoques dos **EUA, Brasil** e **Argentina** totalizaram apenas 660 mil t em 1º/4, mas o mercado é influenciado pelas estatísticas referentes à maior produção do grão.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	312,36	406,82	411,81	412,75	406,82		396,80		404,16			416,43			422,14			Embora se espere que a produção da safra 1989/90 supere bastante a de sua precedente, por algum tempo persistirá a redução dos estoques internacionais.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de abril de 1988, corrigido pelo IGP, para abril de 1989
2 – Preço médio no mês de abril
3 – Preço médio na última quinzena de abril
4 – Preço médio na última semana de abril
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	24,77	22,11	24,33	25,60	→	A menor disponibilidade do produto, aliada ao aumento da demanda por parte das indústrias, mantêm os preços elevados.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	21,85	20,68	22,03	22,45	→	Redução de recursos para financiar a comercialização e grandes estoques inibem alterações mais sensíveis no mercado.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	89,79	154,27	152,47	154,51	→	A nova desvalorização do cruzado foi fator de suporte para a alta do produto.
BOI GORDO Cr$/arroba	19,10	25,25	26,67	28,00	→	Supermercados retomam a comercialização de carne bovina após reajustes de 15% nos preços autorizados pelo governo. Mantem-se elevado o custo de reposição do plantel. Aproxima-se a entressafra.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	31,04	45,61	45,72	45,90	↑	Demanda firme contraposta a menor oferta relativamente instável. A segunda safra de São Paulo e Santa Catarina foi prejudicada pelas chuvas.
FRANGO Vivo Cr$/kg	0,72	0,66	0,66	0,66	↑	Alta influenciada pela incidência do ICM (6,8%) sobre o preço da ração. Aproxima-se a entressafra da carne bovina.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	7,90	7,98	8,22	8,32	↑	Retoma-se a colheita após a fase mais ativa da colheita da soja no Centro-Sul.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	14,87	14,89	15,16	15,29	↑	A comercialização ainda é lenta e persiste a preocupação quanto à defasagem do câmbio.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — *Algodão e Café*: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; *Arroz, Feijão, Milho e Soja*: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

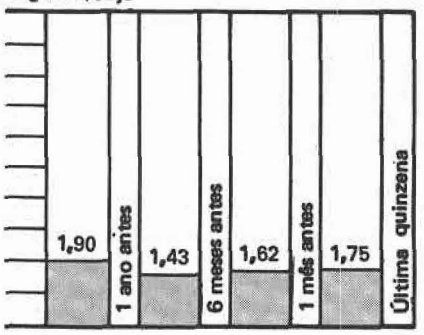
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. *Valores corrigidos pelo IGP — DI.*

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

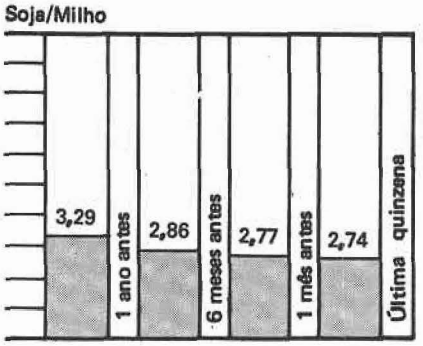
Na última quinzena do mês de abril, a cotação do algodão foi influenciada pela associação da maior demanda esperada por parte da **China**, à maior oferta prevista por parte dos **EUA** (devido ao menor plantio) e da **URSS** (devido a adversidades climáticas). Como a elevação de 3,3% conseqüentemente registrada no preço da fibra, foi acompanhada de queda na cotação do milho, aumentou o preço relativo **algodão/soja** da última quinzena frente ao de um mês antes.

Algodão/Soja



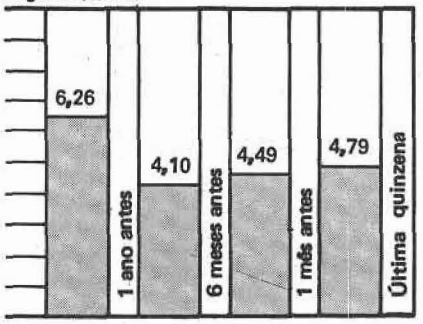
Próximo ao indicador precedente, o preço relativo **soja/milho** da última quinzena explica-se pela queda de 4,1% registrada na cotação da leguminosa no período, por força da elevada produção da safra brasileira 1988/89 e das boas condições climáticas que vêm sendo observadas nas áreas de cultivo da soja nos **EUA**, favorecendo a semeadura. Há um ano, era maior a valorização relativa do milho.

Soja/Milho



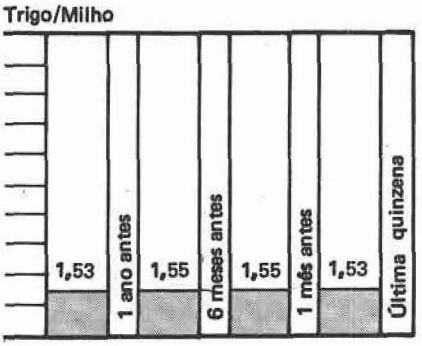
Manteve-se, durante a última quinzena, a tendência de aumento do preço relativo **algodão/milho**, que se vem observando há seis meses. No caso do período mais recente, parte da explicação provém da queda de 3% registrada na cotação do cereal, tendo em vista as chuvas ocorridas em áreas do **Corn Belt**, necessárias para a semeadura, e que se encontravam atrasadas.

Algodão/Milho



Há um ano, poucas alterações vêm ocorrendo no preço relativo **trigo/milho**, com as cotações de ambos os cereais se movimentando semelhantemente. No caso do trigo, ao longo dos últimos quinze dias, seu valor acusou retração de 4,9% frente à média do mês. Apesar de a atual situação dos estoques ser relativamente apertada, há influência da estimativa da **Fao** para a safra 1989/90, que poderá alcançar o elevado patamar de 550 milhões de t, e da situação das lavouras nos **EUA**.

Trigo/Milho

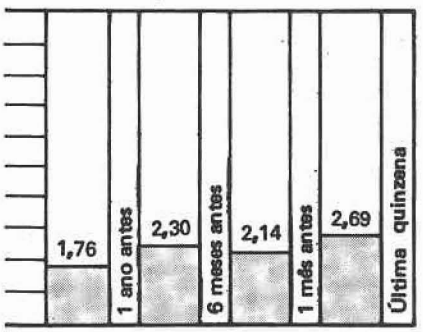


FONTE DOS DADOS BRUTOS – **Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.**

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

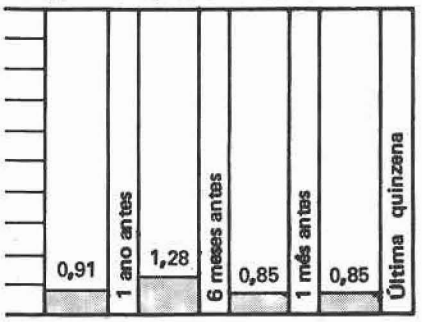
O preço da arroba do boi gordo elevou-se, na quinzena, 26% frente à média do mês anterior, impulsionando o preço relativo **boi gordo/frango vivo** no período. O subsetor de produção da carne vermelha vem convivendo com a alta da cotação do boi magro, ao mesmo tempo em que a política oficial de **congelamento** dos preços no varejo vem desorganizando o abastecimento do produto.

Boi Gordo/Frango Vivo



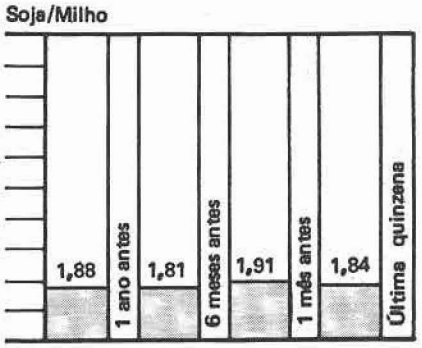
Estável em comparação com o nível de um mês antes, o preço relativo **frango vivo/ração** da última quinzena colocou-se abaixo do patamar de um ano antes. A queda da lucratividade dos criadores no período ocorreu em função de o preço atual da ave estar congelado por ordem do governo, encontrando-se 8,3% abaixo do nível real de há um ano.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



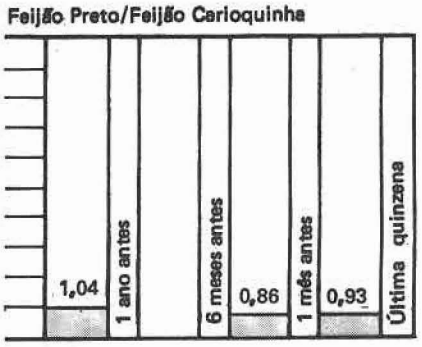
Com a tradicional interrupção da colheita do milho para dar prosseguimento à da soja nas regiões produtoras do Centro-Sul, a cotação do cereal na quinzena elevou-se 8,2% frente à média de um mês antes. Como, no período, o preço da soja avançou 4,6%, diminui o preço relativo **soja/milho** no período, praticamente se igualando ao nível de um ano antes.

Soja/Milho



A oferta de **feijão-preto** proveniente de Santa Catarina garante temporariamente o abastecimento, o que por ora evita expansão mais acentuada no preço relativo. O cálculo do preço relativo referente a seis meses antes foi impossibilitado pelo fato de o mercado na ocasião ter estado nominal.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento**. Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safra brasileiras.



LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1989, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE ABRIL[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	42.101	969.431[2]
Algodão	2.226.498	1.904.299
Algodão arbóreo (em caroço)	674.624	101.138
Algodão herbáceo (em caroço)	1.551.874	1.803.161
Alho	2.971	15.195
Amendoim (em casca)	84.822	141.545
Amendoim (em casca) 1ª safra	64.571	111.645
Amendoim (em casca) 2ª safra	20.251	29.900
Arroz (em casca)	5.326.271	11.111.454
Aveia (em grão)	...	...[4]
Banana	499.612	559.141[3]
Batata-inglesa	138.545	1.740.772
Batata-inglesa 1ª safra	88.050	1.095.729
Batata-inglesa 2ª safra	50.495	645.043
Cacau (em amêndoa)	697.911	398.217
Café (em coco)	2.503.068	2.549.586
Cana-de-açúcar	3.690.219	243.769.886
Castanha de caju	514.394	170.763
Cebola	64.092	657.625
Centeio (em grão)	...	...[4]
Cevada (em grão)	...	...[4]
Coco-da-baía	174.697	600.389[2]
Feijão (em grão)	4.564.072	2.225.777
Feijão (em grão) 1ª safra	2.718.135	1.234.881
Feijão (em grão) 2ª safra	1.845.937	1.020.896
Fumo (em folha)	275.458	434.655
Guaraná (semente)	1.341	222
Juta (fibra)	2.526	2.899
Laranja	825.368	32.838.168[2]
Maçã	23.430	2.371.289[2]
Malva (fibra)	42.154	48.321
Mamona	206.189	126.366
Mandioca	1.810.978	22.961.698
Milho (em grão)	12.578.396	26.070.002
Pimenta-do-reino	1.968	3.427
Rami (fibra)	8.100	8.100
Sisal ou Agave (fibra)	85.216	77.384
Soja (em grão)	12.180.663	23.537.089
Sorgo (em grão)	176.195	253.100
Tomate	49.878	1.898.424
Trigo (em grão)	1.943.946	3.508.137
Uva	58.361	729.262

FONTE – IBGE.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **mil frutos;**

[3] **mil cachos;** [4] **produtos cujo plantio ainda não foi iniciado.**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Moacyr Antonio Fioravante
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: José Francisco Filho
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Salomão L. Quadros da Silva
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro